

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA POLÍTICA**

**ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE FORMAS DE POSSE / TRABALHO
DA TERRA COM A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA DE
ASSENTAMENTOS RURAIS**

WILSON GUILHERME LOBE JUNIOR

**FLORIANÓPOLIS
2004**

WILSON GUILHERME LOBE JUNIOR

**ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE FORMAS DE POSSE / TRABALHO
DA TERRA COM A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA DE
ASSENTAMENTOS RURAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia Política.

Orientadora: Prof. Dra. Cécile Hélène Jeane Raud Mattedi

**FLORIANÓPOLIS
2004**

WILSON GUILHERME LOBE JUNIOR

ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE FORMAS DE POSSE / TRABALHO DA
TERRA COM A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA DE
ASSENTAMENTOS RURAIS

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Sociologia Política no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Orientador: Cécile Helene J. Raud Mattedi

Coordenador do Curso

Membro: Prof.:

Membro: Prof.:

Florianópolis, fevereiro de 2004.

Ao
meu filho Ariel
e minha esposa Carla

AGRADECIMENTOS

Correndo o risco de cometer injustiças, tantos foram os que me ajudaram, agradeço a algumas pessoas cujo auxílio me permitiu realizar o sonho de fazer uma dissertação:

À minha orientadora Prof. Cécile, por sua condução suave, a todos os professores do programa que me permitiram crescer com seu exemplo e conhecimento;

À Fátima e Albertina, funcionárias da secretaria de nosso programa por seu apoio e simpatia;

Ao meu colega Ivanor, pela formatação do presente trabalho;

À Universidade Regional de Blumenau e ao Reitor Egon José Schramm, por me garantirem condições de trabalhar e estudar;

Em especial, agradeço a todos os assentados que, pacientemente me receberam com muita hospitalidade em suas casas e em suas terras, e me ensinaram coisas que levarei pela vida, como por exemplo, a coragem para lutar pelo que se acha correto e o gosto de fazer roncar uma boa cuia de chimarrão;

Entre os muitos assentados que me auxiliaram, não posso deixar de mencionar aqueles que me guiaram assentamento adentro como o Sr. Airi, Sr. Noel, Sr. João Guilherme e Sr. Antônio Fidélis, a todos estes meu agradecimento.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 — Brasil, 1996 – Área ocupada / propriedade	12
Gráfico 2 — Pontuação por grupos / Garuva	102
Gráfico 3 — Comparativo das pontuações médias / Garuva.....	102
Gráfico 4 — Pontuação por grupos / Araquari	103
Gráfico 5 — Pontuação por grupos / Lebon Régis	104
Gráfico 6 — Pontuação por grupos coletivos.....	106
Gráfico 7 — Pontuação por grupos individuais.....	107
Gráfico 8 — Comparação entre médias de pontuação dos grupos coletivos e individuais....	107
Gráfico 9 — Comparação entre as médias de pontuação dos grupos coletivos e individuais, excluindo-se o item ‘mananciais de água’	109

RESUMO

A presente dissertação estuda as relações entre as diferentes formas de trabalho e posse da terra em assentamentos rurais de Santa Catarina com usos e valores ecológicos dos assentados. A pesquisa é feita através de um estudo comparativo entre assentamentos coletivizados e individualizados, procurando perceber as diferenças nas práticas e valores ambientais no âmbito da produção e da vivência dos assentados rurais. O trabalho procura diferenciar os assentamentos como de forma individualizada ou coletivizada e, em seguida, perceber-lhes os usos e valores ambientais a partir de tipos-ideais para poder identificar as características de cada grupo e analisá-las a partir de conceitos explicativos, procurando tendências de comportamento dos assentados sem ter a pretensão de definir-lhes leis gerais de comportamento.

Palavras-chave: sociologia do meio ambiente rural, assentamentos rurais, reforma agrária.

ABSTRACT

The present dissertation studies the relations between different work forms and land possession in rural settlements in Santa Catarina state with usage and ecological values of the people settled.

The research has been done through a comparative study of collectivized and individualized settlements seeking to understand the differences in practices and environmental values in the production ambit and the experiences of the rural settlements.

The work tries to differentiate the settlements as an individualized form or collectivized and therefore show them the environmental uses and values from the ideal-types in order to identify the characteristics of each group and analyze them from the explicative concepts, searching for the behavioral tendencies of the people settled without having the pretension of defining them the general behavioral laws.

Key words: sociology of rural environment, settlements, and land reform.

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
1 INTRODUÇÃO	10
1.1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA	10
1.1.1 Contexto Fundiário e produtivo	10
1.1.2 Indústria agrícola e revolução verde.....	13
1.2 REFORMA AGRÁRIA	16
1.2.1 O ecológico e o rural	17
1.2.2 Assentamentos rurais e ecologia	19
1.2.3 Inserção da questão ambiental no MST.....	20
2 REVISÃO DA LITERATURA	22
2.1 REFORMA AGRÁRIA, ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS	22
2.2 FORMAS DE TRABALHO E POSSE DA TERRA	24
2.3 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLHA	26
2.4 ASSENTAMENTOS RURAIS EM SANTA CATARINA	27
2.5 PRESENÇA DO MST NOS ASSENTAMENTOS	28
3 METODOLOGIA DA PESQUISA	30
3.1 OBJETO DE PESQUISA E HIPÓTESE DE TRABALHO	31
3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	34
3.2.1 Objetivo geral.....	34
3.2.2 Objetivos específicos	34
3.3 METODOLOGIA	35
3.4 DEFINIÇÃO DE ITENS A PESQUISAR	37
3.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.....	38
3.6 ACORDO COM ASSENTADOS	39
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	41
4.1 DADOS POR ASSENTAMENTO	41

4.1.1 Assentamento ‘Conquista do Litoral’	41
4.1.2 Assentamento Justino Dranszevski	65
4.1.3 Visita aos assentamentos Córrego do Segredo 2 e Rio dos Passos	78
4.2 GRÁFICOS EXPLICATIVOS POR ASSENTAMENTO.....	102
4.2.1 Gráficos explicativos assentamento ‘Conquista no Litoral’	102
4.2.2 Assentamento Justino Dranszevski	103
4.2.3 Gráficos explicativos Assentamentos Córrego do Segredo 2 e Rio dos Patos	103
4.3 COMPARAÇÃO ENTRE TODOS OS GRUPOS POR TABELAS DE AGREGAÇÃO DE DADOS	104
4.3.1 Grupos coletivos.....	105
4.3.1 Grupos individuais.....	105
4.4 GRÁFICOS EXPLICATIVOS.....	106
4.4.1 Gráficos dos dados agregados dos grupos coletivos	106
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	111
5.1 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE	111
5.1.1 Balanço trabalho versus consumo e Princípio de aversão a penosidade	112
5.1.2 Princípio de aversão ao risco.....	113
5.1.3 Síntese.....	113
5.2 ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DESENVOLVIDOS	114
5.2.1 Aspecto produtivo	114
5.2.2 Aspecto alimentar.....	117
5.2.3 Aspecto de preservação de recursos naturais	118
5.2.4 Aspectos Sociais.....	119
5.2.5 Aspecto temporal.....	120
5.3 ALCANCE DA PESQUISA	120
5.4 CONCLUSÕES	121
GLOSSÁRIO.....	123
REFERÊNCIAS	124
APÊNDICES	126
ANEXOS	129

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO E PROBLEMÁTICA

1.1.1 Contexto fundiário e produtivo

Concentração fundiária como realidade histórica

A Concentração de terras faz parte da criação do Brasil já a partir da invasão do território americano por portugueses.

Os Espanhóis, em sua parte da América apropriada pelo tratado de Tordesilhas, encontraram uma área mais densamente povoada e jazidas minerais de ouro e prata de fácil acesso, especialmente no atual Peru, que faziam da mineração a forma mais rentável e lógica de exploração.

Já os portugueses, em futuras terras brasileiras, enfrentavam a baixa densidade populacional, e conseqüente ausência de força de trabalho, bem como a ausência de fontes de ouro ou prata próximas ao litoral.

Desta forma, a terra em abundância foi a primeira e principal fonte de riqueza a alavancar a dominação deste novo território português, através de capitanias e sesmarias.

Essas sesmarias procuravam ocupar e tornar produtiva uma extensão de terras até 76 vezes maior que as terras européias de Portugal, várias capitanias eram maiores que o próprio Portugal.

Com tal abundância de terras elas foram divididas em capitanias e distribuídas, em porções generosas, pela coroa a pessoas que tivessem, assim se esperava, condições de colonizá-las, e por estes a outras pessoas sob a forma de sesmarias. Tudo isto para atrair colonos lusitanos para as terras portuguesas na América, afim de colonizá-la e explorá-la, assegurando a posse portuguesa e gerando lucros e impostos para a coroa.

Conforme Lessa (1967, p. 17),

Em função da terra, pois, é que se lançariam as bases econômicas, sociais e políticas do Estado do Brasil. O rei ofereceu “cartas de sesmaria” (documentos de posses de sesmos, isto é, grandes propriedades rurais a exemplo de feudos) e isto foi o chamariz para que inúmeros camponeses do reino se aventurassem a atravessar o atlântico, vindo disputar com feras e tribos selvagens a posse da terra inculca [grifos do original].

As sesmarias da região da Bahia chegavam a 30 léguas de tamanho, o equivalente a mais de 130.000 ha (cento e trinta mil hectares), para melhor exemplificar esta dimensão basta dizer que, se tal sesmaria fosse um quadrado perfeito, cada lado deste teria mais de 36 Km (trinta e seis quilômetros). Mesmo na região de São Paulo, onde temos registros de sesmarias menores, a menor delas não é inferior a meia légua, ou 2.175 ha (dois mil cento e setenta e cinco hectares), ou seja, um quadrado com 4,6 Km de lado (Silva, 1996).

As sesmarias podiam ser divididas, com o sesmeiro cedendo parte de sua sesmaria para que outro a explorasse sob certas condições, e se no início os sesmeiros e posseiros tinham apenas a posse condicional da terra, com o passar do tempo, no caso séculos, e com os movimentos políticos, a propriedade, na prática, passa ao controle de sesmeiros, de posseiros ou dos nomeados destes.

A mudança no ordenamento jurídico, da posse para a propriedade da terra, efetivando legalmente as mudanças ocorridas na prática, vai acontecer com a Lei número 601 de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como a **Lei de Terras**.

Esta lei visava organizar a propriedade fundiária brasileira, confusa principalmente após a declaração de independência do Brasil em 1822, pois, afinal, as cessões das capitanias haviam sido feitas pela coroa portuguesa e segundo seus interesses, e foi precedida por discussões e propostas que, iniciando na independência, vão até a sua adoção em 1850 (SILVA, 1996).

Mas além de garantir a propriedade de terras aos antigos sesmeiros e posseiros, agora homens de posses no sentido de riqueza e de poder político, a lei também visava manter a estrutura de dominação vigente no país, impedindo que ex-escravos e principalmente imigrantes, mão-de-obra trazida para substituir os escravos, tivessem acesso a terra, como nos explica Paulilo ao indagar:

As restrições à escravidão incentivam a imigração européia. Paralelamente surge a lei de terras de 1850, que estabelece que as propriedades rurais só podem ser adquiridas por compra. Tal cuidado era necessário. Se ao escravo se vigiava de dia e prendia a noite, o que fazer se os imigrantes resolvessem cultivar por conta própria? (Paulilo, 1994, p. 9).

A partir da lei de 1850 para se possuir terra ela deveria ser adquirida ou legalizada através de pagamentos de taxas para a Coroa, desde então terra e dinheiro não podem andar separados.

Desta forma a estrutura agrária Brasileira se prepara para o fim do regime escravagista, trocando mão de obra escrava por mão de obra imigrante, ou se preferirem podemos usar o termo livre!. Uma mudança de estrutura, não de comando, pois a propriedade de grandes extensões de terras fica vinculada ao capital e, assim, garantida aos antigos senhores de escravos e, ao mesmo tempo se impede o acesso a terra aos imigrantes recém chegados e aos ex-escravos.

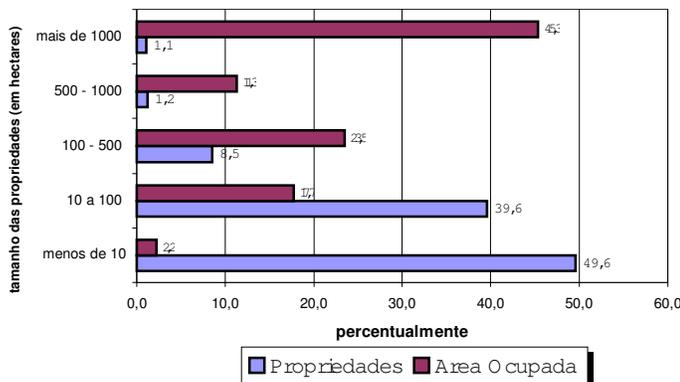
Assim o regime de sesmarias dará origem aos latifúndios que vão ocupar a maioria das terras economicamente ativas. O latifúndio por sua vez é o sustentáculo político e econômico do Estado, seja sob o império ou sob a República

Já com o entrar do século XIX, o sesmeiro torna-se o grande fazendeiro, e depois, no império e mesmo na república vira o “Coronel” com grandes áreas de terra e relação de dominação, ou compadrio, com todos aqueles que vivem em suas terras, tendo dinheiro controlando votos e destes tirando seu poder.

Com o apoio de Estado, a quem sustenta, o latifúndio se consolida como modelo fundiário na maior parte do Brasil e chegamos ao século XX com altos níveis de concentração de terras.

Dados de 1996, mencionados por Morissawa (2000, p. 116), mostram que 1,1% dos proprietários de terras ocupam 45,3% da área rural ocupada, com propriedades que superam os 1000 Hectares, enquanto 49,6% dos pequenos proprietários, com propriedades de tamanho inferior a 10 hectares, possuem somente 2,2% da terra ocupada, como vemos no gráfico 1.

Gráfico 1 — Brasil, 1996 - Área Ocupada / propriedades



Fonte: Morisawa (2000).

Esta concentração fundiária sempre cobrou um preço social ao povo Brasileiro, que se rebela contra esta estrutura de dominação, levando a conflitos por posse de terras e a um estado constante de violência no meio rural, que não é, de forma alguma, um “fato novo”, conflitos sociais no campo são uma constante em nossa história.

Se em alguns momentos no passado os conflitos agrários deram-se em torno de movimentos claros, opondo Estado e latifundiários de um lado e grupos populares organizados militarmente de outro, como em Canudos (1886-1987) ou Contestado (1912-1916), na maior parte do tempo o que existe é um conflito não declarado, com mortos que, em alguns anos, podem ser contados na casa das centenas.

1.1.2 Indústria agrícola e revolução verde

Limites sociais

Nesta realidade de alta concentração de terras nos anos 60 e principalmente sob o regime militar a revolução verde chega ao Brasil com a política da empresa agrícola, procurando pensar a agricultura apenas como mais um negócio e a natureza como algo a ser domesticado em favor do progresso.

A chamada Revolução Verde, conceito que agrega as mudanças na lógica das relações no meio rural, pode ser entendida, segundo Bruscolin e Espírito Santo (2001, p. 7),

Como um sistema global de produção que levou a agricultura a se subordinar, pouco a pouco, a dinâmica produtiva controlada pelas grandes corporações internacionais. Em razão disso a agricultura deixou de ser um setor econômico diferenciado para se transformar em mais um dos elementos integrantes do complexo sistema agroalimentar.

Ocorre então uma mudança no pensar a produção, as relações políticas e a propriedade em si. O voto das pessoas que vivem nas grandes propriedades tem seu valor diminuído frente à possibilidade de se aumentarem os lucros da propriedade usando a mecanização e as modernas técnicas agrícolas que substituem as pessoas, ou usando estas pessoas como trabalhadores avulsos apenas nos momentos de necessidade.

Pode então, a propriedade, dedicar-se exclusivamente a monocultura, aumentando sua produtividade vertical e ocupando todos os espaços disponíveis da terra, inclusive de vizinhos menores, que vão sendo expulsos por compra ou violência ou a conjugação de ambos, e engolidos pelas grandes fazendas que buscam “ganhos de escala” na produção.

Estas mudanças nas relações e na lógica produtiva do meio rural encontram condições favoráveis a sua adoção nesta realidade fundiária já marcada pela forte concentração de terras. Levando a expulsão do homem do campo para a cidade, agravando ainda mais os problemas sociais tanto do meio urbano como rural. Como nos afirma Martins (1984, p. 34)

A verdade é que a política de instalação de grandes empresas no campo estava e esta baseada no pressuposto da expropriação e da expulsão dos trabalhadores rurais para a cidade, na concentração de propriedade de terra e no aumento progressivo da eficiência econômica e da produtividade da agropecuária.

Desta forma, empresa agrícola e concentração agrária apóiam-se mutuamente. O antigo coronel agora renomeado empresário agrícola. Adota a monocultura de exportação, o trator, a semente comprada, a adubação química e todo um pacote tecnológico proveniente dos países centrais, principalmente Estados Unidos da América, que lhe é oferecido, com financiamento público, como uma solução universal para a questão produtiva. Isto sem qualquer preocupação com conseqüências sociais ou danos ambientais possíveis devidos a sua utilização generalizada.

Tais técnicas lhe permitem, adotando a lógica empresarial de maximização dos resultados, renegar as antigas relações de compadrio e descartar a maioria dos trabalhadores rurais das fazendas, filhos e netos de seus antigos compadres, que trabalharam sua terra, e de outros, por gerações. Afinal estes sempre tiveram um acesso precário a terra, baseado em valores tradicionais de reciprocidade que não são mais respeitados.

Nos rigores da lei a propriedade pertence ao fazendeiro, ao antigo, ou novo, coronel, agora empresário agrícola, que pode contratar trabalhadores rurais avulsos apenas em épocas de maior trabalho na fazenda

As pessoas expulsas do campo pouco ou nada podem fazer contra seu destino, quer por sua anterior condição de sujeição, que subentende uma relação de favores pessoais com ausência de direitos, quer por sua pobreza ou quer pela condição de influência política e econômica de seus antigos patrões, vizinhos e ‘padrinhos’. A inda mais com o estado a propagandear a modernização da agricultura numa lógica que vai estigmatiza-los, se resistirem, como “o atraso do país” ou mesmo como subversivos, nos anos do regime militar.

Estas pessoas – trabalhadores rurais, pequenos proprietários expulsos de suas terras, posseiros e arrendatários que são destituídos de sua relação com a terra – descartadas por este

processo de modernização da produção agrícola, têm como destino as margens. Sejam as margens das cidades, suas periferias, em busca de um emprego junto a um mercado de trabalho para o qual ela não está preparada, cidades estas que vão inchar agravando toda uma gama de problemas urbanos. Sejam as margens das fazendas para sobreviver, no sentido de apenas não morrer de fome e, quando muito, reproduzir-se como trabalhador avulso rural, nome pomposo para bóia-fria. Mas principalmente a margem da sociedade, sem acesso aos bens de consumo, a saúde, a alimentação adequada e sem acesso principalmente, a dignidade.

Com tais mudanças na estrutura fundiária, se a renda da propriedade aumenta, isto beneficia o proprietário e um ou outro trabalhador rural que ainda é mantido na propriedade. Via de regra, ocorre uma concentração de renda em mãos do proprietário, e dos fornecedores das novas tecnologias do campo, com a pauperização do trabalhador rural e uma mudança nas relações de trabalho no campo, que tira do agricultor qualquer proteção que, anteriormente, o compadrio lhe dava, mesmo que as custas de sua liberdade.

Tanto as questões sociais ou ecológicas são ignoradas ou no máximo, tratadas como uma condição passageira que será resolvida através de mais desenvolvimento tecnológico no futuro.

As pequenas propriedades rurais que resistem se baseiam principalmente na agricultura familiar e na produção de produtos variados, que não são do interesse da grande propriedade. Neste processo as pequenas propriedades são descapitalizadas em favor do fornecimento de alimentos baratos aos centros urbanos, pauperizando e descaracterizando seu estilo de vida (Müller, 2001) ou ainda, forçando os poucos agricultores que têm condição para tal, a desenvolverem estratégias para agregar valor a seu produto final, aumentando a carga de trabalho e vinculando a pequena propriedade, ainda mais, a lógica do mercado.

Limites ecológicos

A lógica empresarial que agora domina a agricultura do grande latifúndio passa a encarar a terra como mais um meio de produção. Tanto os produtos como as “empresas agrícolas”, desta forma, devem concorrer no mercado com outros produtos e “empresas” semelhantes.

Sendo assim, tais “empresas” devem gerar lucro, fim último de toda empresa capitalista, diminuindo custos, aumentando sua produção, explorando ao máximo a capacidade de pagamento do mercado.

Esta lógica exclui qualquer preocupação ecológica que vá além do marketing do socialmente correto da ação das propriedades rurais, pois as considerações em longo prazo, característica do pensar ecológico, são incompatíveis com a exigência de rápida valorização do capital, como nos coloca Sachs (1986, p. 30) ao afirmar:

A lógica estreitamente produtivista leva o economista a raciocinar em termos de anos, quando muito em décadas. Este economismo é perigoso porque induz a uma apropriação predadora da natureza. A prudência ecológica exige que raciocinemos em termos de décadas e de séculos, sem, contudo, cair num ecologismo igualmente abusivo que, em nome de um conservacionismo intransigente e concebido para a eternidade, chegue a renegar os fundamentos antropocêntricos de toda filosofia social.

Alem disso o próprio conjunto de técnicas da revolução verde é questionável do ponto de vista da sustentabilidade ecológica, sobretudo num país como o Brasil. Importamos um modelo de produção baseado em procedimentos desenvolvidos para ecossistemas muito diferentes dos aqui encontrados, inclusive com a utilização de plantas exóticas a partir de sementes cujo desenvolvimento tecnológico não tivemos acesso.

1.2 REFORMA AGRÁRIA

Desde antes das ligas camponesas das décadas de 1950 e 1960, passando pela criação do MST — Movimento dos Agricultores sem Terra — já a partir de 1984 e entrando em nossos dias, a reforma agrária é esperada como principal fator a reorganizar a estrutura fundiária do país, de uma forma que, atendendo as demandas do homem do campo por terra, venha a diminuir a violência no campo e melhorar a qualidade de vida do agricultor.

Toda reforma agrária só acontece por ato e vontade política do Estado como nos afirma Silva (1993, p. 119):

A modificação da estrutura agrária de um país ou região, com vistas a uma distribuição mais equitativa da terra e da renda agrícola, é a definição mais usual de reforma agrária. Como geralmente acontece com as conceituações sintéticas, nela esta apenas implícita uma idéia chave para seu entendimento: de que se trata de uma intervenção deliberada do Estado nos alicerces do setor agrícola.

Mas o Estado e os governos não são instituições desvinculadas da sociedade ou imunes a influências, muito pelo contrário, sob certos pontos de vista o estado é entendido como o principal garantidor dos interesses da burguesia. No limite pode-se entender Estado como arena de interesses conflitantes em disputa.

Deve-se a isto que , apesar da reforma agrária ser um ato de Estado, é legítima a pressão social sobre o mesmo para que a reforma agrária efetivamente aconteça, de forma que a terra de reforma agrária não é ganha e sim conquistada.

Neste ponto achamos necessário esclarecer que, não será objeto de análise desta pesquisa se o governo Brasileiro vem cumprindo com sua obrigação social no que diz respeito à reforma agrária ou se os movimentos feitos por ele podem ser considerados reforma agrária. Também não analisaremos a legitimidade das formas de luta do MST ou outros movimentos sociais. Não se trata de descaso com estes assuntos e sim de realizar um recorte metodológico na pesquisa.

1.2.1 O ecológico e o rural

Assentamentos rurais como forma alternativa de produção

A começar pelo Clube de Roma em seu estudo Limits of Growth e passando por conclusões de vários outros pensadores e grupos, já é bastante aceito nos meios científicos que os níveis de industrialização e consumo dos países ditos centrais, personificados principalmente pelos Estados Unidos, não são generalizáveis para o resto do mundo por limitações ecológicas e de disponibilidade de recursos naturais em escala planetária (Sachs, 1986).

Por isso perseguir o modelo de desenvolvimento dos países centrais é uma jornada bastante difícil de ser empreendida, e mesmo bastante discutível; seja do ponto de vista ecológico pois os problemas ecológicos não estão ausentes dos países centrais, antes disso muito ao contrário; seja do ponto de vista social, pois neste caminho, que o Brasil tenta há anos trilhar, temos alcançado um desenvolvimento injusto e excludente.

Desta forma entendemos que seja aconselhável ao Brasil construir e adotar um modelo produtivo próprio, inclusive no setor agrário. Um modelo que atenda nossos interesses e resgate a enorme dívida social do país para com seu povo. Isto, em nossa opinião,

será alcançado se tal modelo levar em consideração as características — limites e riquezas — naturais, sociais, econômicas e culturais de nosso país.

Pelo exposto compreendesse que tal modelo não pode ser simplesmente importado ou copiado de uma outra realidade cultural e natural. Não se trata de excluir de maneira xenófoba as experiências e soluções provenientes de fora do Brasil e sim absorvê-las criticamente, e agir da mesma forma com os saberes tradicionais de nosso próprio povo que ainda resistem. Conjugando tudo isto com soluções novas provenientes da criatividade de nosso povo e levando em conta a sustentabilidade ecológica de nossos ecossistemas e do ecossistema planetário.

Espelhar-se no modelo produtivo dos países ricos, reconhecidamente consumistas e gerador de desequilíbrios ecológicos, têm sido para vários países, incluindo Brasil, o principal motivo de seu eterno subdesenvolvimento, como nos afirma Sachs (1986, p. 10):

A aposta em um desenvolvimento econômico e social contínuo, harmonizado com a gestão racional do ambiente, passa pela redefinição de todos os objetivos e de todas as modalidades de ação. O ambiente é, na realidade, uma dimensão do desenvolvimento; deve, pois, ser internalizado em todos os níveis de decisão. Para os países pobres, mais do que nunca, a alternativa se coloca em termos de projeto de civilização original ou de não desenvolvimento, não mais parecendo possível nem, sobretudo, desejável a repetição do caminho percorrido pelos países industrializados.

Mas uma mudança de uma lógica produtiva hegemônica, seja ela de qual natureza for, para uma nova lógica produtiva ainda em construção, com todas as idas, vindas e incertezas próprias de todo processo de construção social, depende do abandono de antigas convicções e pensamentos que acompanham as pessoas desde seu nascimento e antes disso.

A propriedade privada, por exemplo, está tão fortemente alicerçada no censo comum que torna quase impossível o debate para simplesmente estabelecê-la como algo socialmente construído e não “natural” como muitos a aceitam. Algumas pessoas e mesmo grupos a entendem para além do natural, como algo sagrado e, por isso, intocável.

Desta forma tal mudança depende da reconstrução da lógica da própria sociedade. Os assentados rurais, na luta pela terra, passam por um processo de reconstrução de suas identidades e de seus valores que os tornam suscetíveis a adotar formas alternativas de integração social e valores ecológicos como nos fala Moreira (1998, p. 172): “A noção de assentamentos rurais está associada ao processo social e político de acesso a terra e de ‘constituição de novas formas sociais’ de interação produtiva e de integração social”.

Desconstruindo o caráter natural das formas usuais de trabalho de posse da terra os assentados rurais passam a organizar-se sob diferentes formas de convivência e cooperação e nas variações dos fatores posse e trabalho da terra, dão origem a um trabalho mais individualizado ou coletivizado. Tal como também são diversos a forma e grau como os assentados internalizam as questões ecológicas em seu pensar e em sua prática.

E exatamente por atravessarem um processo de reconstrução de sua identidade de sua forma de trabalho, de sua relação com a propriedade, resumindo, de seu pensar, isto dentro de um país culturalmente rico como o Brasil, é que os assentados e os assentamentos possuem a possibilidade de desenvolverem o embrião de um novo processo produtivo ou mesmo civilizatório.

1.2.2 Assentamentos rurais e ecologia

Porém, a conquista da terra é apenas um passo, embora importante, na reforma agrária. A sustentabilidade por longo tempo, e não por alguns poucos anos, desta nova estrutura fundiária é o maior desafio, que será superado somente se forem devidamente equilibrados os fatores ecológicos e sociais na constituição dos assentamentos rurais.

Esta nova estrutura fundiária e os assentamentos rurais do qual dependem seu êxito podem, num primeiro momento serem tentados a copiar a agricultura do grande latifúndio, adotando as técnicas da revolução verde e a lógica empresarial.

Não acreditamos que tal caminho possa levar a uma sustentabilidade social e ecológica em longo prazo, podendo levar inclusive a necessidade de abandonar a terra conquistada.

No caso específico dos assentamentos rurais a utilização das técnicas da revolução verde é desaconselhável por motivos apontados pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” (1998, p. 17 -18), que defende a posição de que:

O modo de Produção derivado deste modelo de desenvolvimento foi – também chamado de revolução verde – (...) Hoje, entretanto, esta constatada a inviabilidade deste modelo por três fatores básicos;

Fator econômico: em função do alto custo de insumos, equipamentos e tecnologias, muitas vezes importadas, implicando no aumento da vulnerabilidade de uma atividade, que por natureza já é arriscada – muitas vezes o preço pago ao produtor não paga os custos de produção.

Fator ambiental: em função de suas características de produção altamente degradantes, agravadas pelo clima tropical – monocultura, excesso de revolvimento dos solos, adubação química pesada e aplicação indiscriminada de agrotóxicos.

Fator político e social – em decorrência dos dois fatores anteriores a modernização conservadora da agricultura acirrou ou recrudesciu a concentração de renda, a concentração fundiária e o êxodo rural, típicos do processo histórico de desenvolvimento da sociedade Brasileira, mostrando talvez a sua face mais perversa, a da injustiça social e exclusão da cidadania.

O fator econômico apontado, no caso de assentamentos rurais de reforma agrária é mais dramático que em outras realidades rurais, pois sem qualquer capital de giro próprio, o assentado depende de créditos governamentais incertos e não tem como se submeter aos juros de mercado.

Por isso achamos necessário que os assentados tenham uma atitude ecológica em suas práticas e em sua concepção de mundo. Ao propormos isto não estamos propondo um movimento de motivações conservacionista, ou descontextualizado da enorme luta pela sobrevivência que tais agricultores travam, ao contrário, estamos propondo novas formas de afirmação política e econômica.

Estamos afirmando as bases de um verdadeiro movimento para mudar a sociedade e a condição e qualidade de vida destes agricultores, como nos coloca Alier (1998, para, 37) ao afirmar que:

Os movimentos Sociais dos pobres são lutas pela sobrevivência sendo, portanto, movimentos ecológicos (qualquer que seja o idioma com que se expressem) [parênteses do autor] porquanto seus objetivos são necessidades ecológicas para a vida: energia (as calorias da comida para cozinhar e aquecer) [parênteses no original], água e ar limpos, espaço para abrigar-se.

Então a internalização de usos e valores ecológicos na realidade dos assentamentos deve ser entendida como forma de manutenção da terra conquistada. Desta forma entendemos que a manutenção ecológica do assentamento deve ser uma preocupação central do assentado rural.

1.2.3 Inserção da questão ambiental no MST

A história da luta pela terra no Brasil sofre uma interrupção com a repressão da ditadura militar após o golpe militar de 1964.

O resurgimento da questão fundiária para a política nacional ocorre em 1985, com o surgimento do MST.

Logicamente sabemos que a escolha deste fato como marco definidor para nosso raciocínio pode gerar descontentamentos mais até pelo que exclui do que pelo que inclui,

determinamos fato e data para acompanhar nosso pensamento. Desta forma identificamos 1985 como ponto de partida para a retomada da questão fundiária na política nacional, muito embora a gestação deste movimento remonte a 1979.

Este fato coincide com uma mudança na percepção da questão ambiental, nesta época se está trocando uma visão economicista da natureza, que entende o problema ambiental na perspectiva de limites para o desenvolvimento econômico, para uma visão de sustentabilidade planetária, com valorização da vida da biodiversidade e do equilíbrio da biosfera, conforme nos escreve Souza:

Em resumo, a degradação dos principais recursos ambientais, vistos até então sob a ótica do efeito que teriam sobre o desenvolvimento econômico, passam a ser vistos sob a ótica dos efeitos sobre o equilíbrio dos ecossistemas e sobre a sustentabilidade da própria vida do planeta. É uma ampliação importante da visão que se tinha até então a respeito dos problemas ambientais (SOUZA, 2000, p. 67).

Ganham força então as idéias do desenvolvimento sustentável, cuja criação esta ligada às idéias da conferencia de Estocolmo de 1972 e ao relatório Brundtland (Almond, 1999) que, entre as várias definições selecionamos a da Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mencionada por Denis Goulet que define desenvolvimento sustentável como sendo o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”

E também a idéia do ecodesenvolvimento, que possui um caráter holístico e é mais adotada por organizações não-governamentais.

Vemos então que a questão fundiária no Brasil ressurgiu ao mesmo tempo em que se processa uma mudança na forma de se pensar o tema ecologia.

Talvez por isso a questão ambiental não tenha sido tão facilmente incorporada pelo movimento, afinal, ante o problema de obter sustento para pessoas em precárias condições de vida e travando uma luta contra latifundiários e governo, seja mais fácil a absorção do discurso vigente o Brasil antes dos anos 1970, que via a ecologia como uma questão estética (SOUZA, 2000).

Mas hoje em dia o MST já incorpora o discurso ambiental em sua ideologia, inclusive a página do movimento na internet chama bastante atenção ao assunto como, por exemplo, ao mencionar os “compromissos do MST com a terra e com a vida” ou mencionando as “linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST”, que propõem um novo “modelo tecnológico sustentável” (Anexo 1).

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 REFORMA AGRÁRIA, ACAMPAMENTOS E ASSENTAMENTOS

A reforma agrária é a alteração de uma estrutura fundiária, quanto à propriedade e ao modelo produtivo agrário, através da ação do Estado.

Sendo assim a busca pela reforma agrária pode levar, tal como ocorre em nosso país, a uma luta entre diferentes setores da sociedade por ações do Estado de acordo com seus interesses, seja em relação ao modelo distributivo de terras no país, seja quanto ao modelo produtivo do setor agrário.

A realidade histórica brasileira mostra tal conflito, opondo, por um lado o grande latifundiário interessado na manutenção da concentração de terras e em que o Estado apóie e subsidie um modelo produtivo que beneficie a grande propriedade rural, e por outro lado agricultores impedidos de seu acesso à terra, que em nossa história recente tem se organizado em movimentos sociais como sindicatos rurais e outros movimentos de organização que chamaremos de independente, muito embora por vezes sejam vinculados a ou apoiados por partidos políticos, movimentos religiosos ou outros, como o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, CONTAG – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – e seu representante mais visível, o MST – Movimento dos Agricultores sem Terra.

Tais movimentos entendem como sua luta, a pressão sobre sociedade e governantes em busca de reforma agrária e de mudanças no modelo produtivo vigente no campo e na sociedade em geral. Nesta luta, usam de diversos expedientes, que se modificam e adaptam temporal e espacialmente de acordo com a realidade política encontrada.

Esses expedientes incluem marchas, protestos, bloqueios, ocupações de prédios públicos e, principalmente no caso do MST, ocupações de terras através de acampamentos, seja para dar visibilidade aos seus próprios membros como símbolo de sua luta, seja para ocupar de fato a terra reivindicada e, através disso, conseguir sua conquista jurídica.

Tais acampamentos são a principal forma de luta destes movimentos sociais, um forte ato político, que exige força e determinação dos acampados, mas não são um fim em si mesmo e sim um meio de alcançar outros objetivos, principalmente de conseguir o seu assentamento, sua terra, bem como condições para nela reproduzir sua existência, como nos coloca Fernandes,

Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório [grifo nosso] para transformar a realidade. Quando os sem terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos. A resistência no acampamento é a façanha. A persistência é o desafio. Para sobreviver os acampados dependem de sua organização, do trabalho e do apoio dos que defendem a reforma agrária (FERNANDES, 2000, p. 55).

Achamos interessante fazer esta introdução para deixar claro a diferença entre acampamento, situação provisória, e assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais são um outro momento na luta pela terra, o assentamento é a posse efetiva e, em tese, definitiva da terra conquistada.

Se a realização das ocupações, o primeiro momento, é resultado da luta pela sobrevivência dos próprios acampados (FERNANDES, 2000) em busca de melhores condições de vida nos assentamentos, um segundo momento, a condição de ser um assentado, de ter a posse legal da terra, não garante, automaticamente, condições de sobrevivência e vida digna para os assentados.

O abandono de terras conquistadas é uma realidade que já foi, inclusive, divulgada pela imprensa. Horostecki em um artigo para o Jornal 'A Notícia', escreve:

Chapecó – Da barraca de lona ao sonhado pedaço chão e, de lá, para barracos feitos com madeiras velhas e telhas de barro nas periferias das cidades. Nos últimos anos, segundo o instituto nacional de reforma agrária (INCRA) é este o trajeto feito por quase 30% dos agricultores assentados pelo programa nacional de reforma agrária em Santa Catarina (HOROSTECKI, 2001, p. 10-11).

Por isso entendemos que fazer a terra produzir para sustentar aqueles que nela trabalham, com um modelo produtivo viável em longo prazo é, também, um passo importante na conquista da terra, Pois não está conquistada a terra que, num curto espaço de tempo, pode ser abandonada ou lembrada pelo grande latifúndio pelas mais diversas razões. A luta, então, não finda com o assentamento, e sim prossegue por outras formas.

Nossa pesquisa visa estudar este segundo momento, o assentamento, procurando observar relações entre formas de posse da terra e viabilidade ecológica do mesmo.

O próprio termo assentamento, pode ser entendido como a terra em que as pessoas são assentadas, ou como o ato de dar a alguém condições para que ocupe um lugar, sendo então, ao mesmo tempo substantivo e verbo. Verdadeira metáfora da prática, pois o assentamento é ao mesmo tempo a terra conquistada e a condição para a conquista da terra,

por isto insistimos na necessidade da viabilidade econômica, social e ecológica para que a terra seja efetivamente conquistada.

Assentamento é um termo usado pelos próprios agricultores, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, imprensa – e pessoas em geral, para nossa pesquisa entretanto procuraremos definir melhor o que entendemos por assentamento rural. Para tal usaremos como ponto de partida a definição deste conceito feita por Bergamasco e Norder, por apresentar em sua construção, a motivação política originária do assentamento, a responsabilidade social do governo no processo de assentamento e os aspectos próprios da atividade rural.

Conforme tal definição,

O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário político ou sociológico no contexto da reforma agrária Venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e a vida comunitária (BERGAMASCO e NORDER (1996, p. 7).

A partir desta definição, e para conduzir nossa pesquisa, consideraremos como assentamento rural a gleba de terra que:

- a) for uma unidade de produção derivada de um processo de conquista da terra numa reorganização da estrutura fundiária local;
- b) estiver produzindo para, pelo menos em parte, garantir a vida daqueles que nela trabalham;
- c) cuja posse jurídica da terra esteja assegurada por intervenção do estado.

Desta forma procuramos definir assentamentos rurais para nossa pesquisa diferenciando-os tanto de acampamentos como de propriedades rurais estabelecidas por outros meios.

2.2 FORMAS DE TRABALHO E POSSE DA TERRA

Os assentamentos rurais que vêm sendo implantados em nosso país podem, no que concerne a posse e trabalho da terra, organizar-se de modos diversos.

Alguns assentamentos procuram seguir a lógica da propriedade privada, do direito de uso exclusivo de uso da terra por seu proprietário. Conceitualmente assentado e terra estabeleceriam uma relação em que o agricultor dispõe livremente de sua terra, podendo utilizá-la ou não, da forma que bem entender, excluindo, se assim desejar, qualquer outro de suas decisões, usos e frutos.

Chamaremos tais assentamentos de individuais pois, como regra geral para pequenas propriedades rurais, são os mesmos indivíduos que têm a posse da terra, os que nela trabalham e que usufruem o resultado de seu trabalho.

Outros assentamentos optam por um regime coletivo de posse e trabalho da terra.

Para melhor entendermos as implicações desta decisão utilizaremos a definição dada por José de Sousa Martins que transcrevemos:

No limite, as palavras ‘propriedade coletiva’ designariam uma organização social na qual não haveria ainda, ou não haveria mais, apropriação privada. O regime social do clã, voltado para a colheita, a caça e a pesca, aproximar-se-ia, no passado, deste limite. Mas as palavras propriedade coletiva designam, também, o direito eminente que se reservam certos tipos de comunidade, deixando para seus grupos elementares (famílias ou mesmo aldeias) o gozo, o uso, o usufruto, o domínio útil do solo (MARTINS, 1981, p. 153).

Desta forma, entende-se que no sistema de posse e trabalho coletivo da terra, um grupo de pessoas, os assentados, reservam para si, enquanto grupo, os direitos inerentes à terra que possuem. Terra, trabalho e frutos do trabalho pertencem ao grupo e não a uma pessoa apenas.

Esclarecemos que a posse coletiva da terra não deve ser confundida com propriedade pública, pois ‘Na propriedade pública o sujeito da relação é o universo U_1 , ou o sistema social em seu conjunto, conceptualmente diverso da soma dos sujeitos singulares (homens e grupos) que o compõem’ (MARTIGNETTI, 1994, p. 1022). Que não se aplica no caso dos assentamentos coletivos, pois somente os participantes deste grupo coletivo, os assentados, e não a sociedade em geral, têm os direitos referentes à posse da terra do assentamento.

Na prática existe uma grande possibilidade de diferentes arranjos quanto à forma de trabalho e posse da terra.

Nos extremos opostos de uma linha imaginária teríamos, de um lado, a propriedade individual e, de outro, a propriedade coletiva da terra através de cooperativas, com formas que já apresentamos anteriormente.

Entre estes pontos encontram-se outras formas de cooperação como o mutirão ou o lavourão, quando o trabalho coletivo de um grupo de assentados é aproveitado nas várias propriedades dos integrantes do grupo.

Outra forma de cooperação são as associações, em que máquinas ou insumos são adquiridos pelo conjunto dos associados para serem usados nas terras dos integrantes do grupo, podendo também incluir ou somente destinar-se ao comércio da produção ou outras ações da esfera produtiva ou comunitária do assentamento (BERGAMASCO, 1996)

Normalmente os mutirões, lavourões ou as “trocas de dias” são formas de colaboração mais informais, muitas vezes reguladas por regras não explícitas. Já as associações pedem uma maior formalização dos acordos feitos, embora isto não seja uma regra “fechada”. A história das relações dos assentados é que vai determinar o maior ou menor grau de formalidade da relação de cooperação.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA ESCOLHA

As propriedades agrícolas já estabelecidas, trazem sua forma de posse e trabalho da terra definida e naturalizada por sua história e pelo conjunto de valores embutidos nesta história e, na maior parte dos casos, seguem a lógica da propriedade privada,

Já os assentamentos rurais têm a possibilidade e a necessidade de decidir e construir a forma de trabalho e posse da terra a ser aplicada na terra conquistada.

Mas o processo político de conquista da terra tem a participação de outros agentes políticos que não apenas os assentados. O governo e outros grupos organizados influenciam as escolhas dos assentados desde muito antes da conquista da terra, no processo de assentamento e além.

Zimmermann, por exemplo, ao analisar o processo de assentamento na fazenda Etel (Porto Alegre/RS), descreve como MST e MIRAD – Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária – valorizam e incentivam, naquele processo, as formas coletivas de posse e trabalho da terra, influenciando até a qualidade dos lotes distribuídos (ZIMMERMANN, 1994).

A decisão por uma ou outra forma de trabalho leva a assentamentos com características diferentes e não depende unicamente de fatores econômicos. Ela é influenciada inclusive pelas diferentes representações que os assentados têm de cada forma de trabalho.

Em nossas entrevistas percebemos que vários assentados individuais se acham mais livres que os assentados coletivos, pois podem decidir autonomamente o que e quando plantar. Enquanto isso, vários assentados coletivos se acham mais livres que os assentados individuais pois a rotatividade do trabalho não os deixaria tão presos a uma rotina de trabalho da qual dependeria sua existência.

Desta forma a decisão por uma ou outra forma de trabalho e posse da terra é construída a partir de fatores objetivos e subjetivos, internos e externos ao assentamento que concorrem para a adoção de um ou outro sistema por motivos expostos ou não declarados, de acordo com várias visões de mundo e desta decisão dependerá, em muito, o sucesso ou insucesso do assentamento.

2.4 ASSENTAMENTOS RURAIS EM SANTA CATARINA

Segundo a 10^a Superintendência do INCRA, localizada em Florianópolis, Santa Catarina possui hoje 119 assentamentos rurais em 46 municípios ocupando uma área total de 84.026 hectares, onde estão alojadas cerca de 4.909 famílias¹.

Com uma média de 17,11 hectares por família assentada e de pouco mais de 41 famílias por assentamento, a realidade vai de assentamentos pequenos como o assentamento *Argemiro de Oliveira* em Fraiburgo, com 30,73 hectares de área para abrigar 03 famílias, até assentamentos maiores, como o assentamento *Putinga* no município de Calmon com 4.339,36 hectares para 220 famílias.

A média de hectares por família assentada também é variável, podendo ir de 5,18 hectares por família (assentamento *Justino Dranszewsk* em Araquari) até 74,42 hectares por família (assentamento *Santa Cruz dos Pinhais* no município de Vitor Meireles).

Já a mediana dos assentamentos por família encontra-se em 14,95 hectare, o que equivale a dizer que metade das famílias assentadas em Santa Catarina recebeu um lote com tamanho inferior ao mencionado.

¹ Informações colhidas de documentos recebidos em entrevista com Viviane Peixe, assessora de imprensa do INCRA de Florianópolis em 21/03/2002.

Na parte produtiva os assentamentos de Santa Catarina têm uma produção diversificada.

Podemos dividir a produção dos assentamentos em duas categorias, a produção para autoconsumo e a produção para venda, sendo que, em se tratando de produtos para venda, normalmente existe uma dupla destinação, tanto o consumo dos assentados como a venda, com exceção do fumo, normalmente destinado somente à venda.

A produção para autoconsumo incentiva a policultura e garante, em grande parte, a sobrevivência e qualidade de vida dos assentados.

Na produção para venda, os assentamentos procuram espaço de mercado com produtos tradicionais de suas regiões como o milho, o feijão e o fumo, sem descartar as possibilidades de geração de renda menos comuns como a implementação de pesque-pague ou mesmo atividades não rurais como a fabricação de cestos de vime observado em um dos assentamentos que pesquisamos.

Esta divisão entre produtos para venda e para autoconsumo varia de acordo com a dinâmica do assentamento e sua relação com o mercado. Uma produção para o mercado pode converter-se em produção para autoconsumo ou vice-versa, como no caso do assentamento 'Conquista no litoral' em Garuva. Este tinha, inicialmente, como sua principal produção o cultivo de banana, que hoje é reservado apenas para autoconsumo e para alimentação de animais, devido aos baixos preços do produto no mercado.

Procurando garantir a viabilidade financeira dos assentamentos, o INCRA tem incentivado o modelo de produção coletivo, com a implantação de cooperativas, como a COOPEROESTE, cooperativa de assentados de São Miguel d'Oeste, que produz mais de 50 mil litros de leite por dia. Mesmo assim, a maior parte dos assentados de nosso estado ainda pode ser considerada como adotando o modelo de produção individual.

2.5 PRESENÇA DO MST NOS ASSENTAMENTOS

Inicialmente nossa pesquisa destinava-se a assentamentos rurais de uma forma geral incluindo o MST apenas como mais um dos fatores de influência junto aos assentamentos.

Mas em nossa pesquisa percebemos que o MST é um dos mais importantes agentes sociais nos assentamentos do estado e em relação à questão da reforma agrária.

Todos os assentamentos visitados e pesquisados têm forte influência do MST e em entrevista com a assessoria de imprensa do INCRA, fomos informados de que a quase totalidade dos assentamentos do estado tem a presença desta organização.

Durante o andamento de nossas visitas de campo pudemos perceber, principalmente nas conversas informais com os assentados, que as posições políticas do MST são aceitas pela maioria dos agricultores pesquisados. As concepções de mundo e as formas de encarar as relações com o poder público ou com outros agentes sociais, tanto de assentados individuais como coletivos, são influenciados pelos valores defendidos pelo Movimento dos Sem Terra.

Tivemos a ‘impressão’, e neste ponto grifamos o termo impressão pois nossa pesquisa não construiu instrumentos ou relacionou informações que permitam realizar tal inferência, que os assentados que trabalham da forma coletivizada são mais fortemente e homogeneamente alinhados com os posicionamentos políticos adotados pelo MST.

Esta teoria, se realmente ficasse comprovada, poderia ser explicada como decorrente do fato do MST encarar as “práticas coletivas” como um “[...] instrumento pedagógico para a construção do ser social” (MORISSAWA, 2000, p. 230).

Desta forma quanto mais o agricultor estivesse inserido em formas coletivas de produção, mais sujeito à *pedagogia* preconizada pelo MST ele estaria exposto.

Lembramos que não estamos fazendo, de forma alguma, julgamentos de valor quanto a isto, pois não é e nunca foi intenção de nossa pesquisa enveredar por tal área e estudar a legitimidade do MST ou sua inserção em assentamentos rurais de Santa Catarina. Apenas achamos relevante mencionar tais fatos para oferecer uma melhor percepção da realidade estudada.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Nossa pesquisa em assentamentos rurais esbarrou em uma questão bastante delicada, ou seja, a resistência dos assentados em receber um pesquisador, principalmente no caso de um pesquisador ‘solitário’, como no caso de nossa pesquisa.

Grupos de alunos ou de outros visitantes são mais facilmente aceitos. Existe uma justificada apreensão por parte dos assentados quanto à utilização que é feita das informações colhidas.

Percebemos, nas entrevistas, e principalmente nas conversas informais com os assentados, receio e desconfiança quanto a jornalistas ou outros elementos que eventualmente podem divulgar informações distorcidas ou meia verdade.

Acreditamos ser bastante compreensível tal atitude, pois o MST já divulgou diversas vezes ter sido vítima de um verdadeiro bombardeio de informações negativas e propositadamente distorcidas, por parte da imprensa de alcance nacional, afirmando terem ocorrido casos comprovados de manipulação de informações com o objetivo de colocar a opinião pública contra o MST (MORISSAWA, 2000).

A entrada em alguns assentamentos foi bastante complicada, sendo sempre necessária a indicação de uma pessoa de confiança do assentamento, que levou a diversas negociações e à necessidade de muitos contatos até a aceitação da pesquisa.

Devido a isto, podemos afirmar que a escolha dos assentamentos foi de certa forma invertida, ou seja, não foi o pesquisador que determinou os assentamentos a serem pesquisados de acordo com a melhor amostragem para a pesquisa e sim os assentamentos que aceitaram a presença do pesquisador e assim fizeram a escolha da amostra de pesquisa.

Dentro dos assentamentos fomos sempre acompanhados por um ‘guia’ determinado pelos próprios assentados, que nos levou pelo assentamento e nos apresentou a todos os assentados, sendo a garantia de que as portas nos seriam abertas junto às varias famílias que compõem os assentamentos.

Sem a presença deste guia não conseguiríamos alcançar os assentados. Seu conhecimento como informante foi bastante importante para podermos explorar a totalidade dos assentamentos, mesmo que, em alguns momentos, esta condução possa ter selecionado alguns entrevistados.

Desta forma entendemos ter realizado nossa pesquisa com respeito pelos assentados e por suas concepções políticas, em momento algum forçando nossa presença e sempre levando em conta as expectativas dos próprios assentados em relação à pesquisa.

3.1 OBJETO DE PESQUISA E HIPÓTESE DE TRABALHO

Nosso trabalho procura estudar como se relacionam diferentes formas de trabalho e posse da terra em assentamentos rurais com as concepções e práticas dos assentados em relação à natureza. Logo, nossos objetos de estudo são os assentados ou o assentamento e também o pensar e a prática do assentamento em relação à natureza.

Mas nossos objetos de estudo também, e principalmente, são as relações que se estabelecem entre a forma de posse e trabalho da terra e a prática e o pensar ecológico do assentado.

E só conheceremos esta relação observando os integrantes desta relação. Para isso, em nossa pesquisa, estaremos comparando assentamentos que trabalham de forma individual e assentamentos que trabalham de forma coletivizada.

Os termos coletivizado e individual, que se referem à forma de trabalho e posse da terra, são termos de uso geral, usados pelos próprios assentados, pela imprensa e mesmo técnicos de organismos governamentais.

Mas em nosso trabalho precisamos definir, com precisão e em relação às nossas necessidades, o que são assentamentos individuais e coletivizados. Como nos coloca Bourdieu (1999, p. 47):

Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pela sociologia espontânea ou “problemas sociais” cuja pretensão a existirem como problemas sociológicos é tanto maior na medida em que tem mais realidade social a comunidade dos sociólogos.

Não consideramos ser o caso de abandonar estas categorias, até porque são usadas em outros trabalhos científicos, e sim de definir os critérios de aceitação destas categorias para nossa pesquisa.

Bergamasco (1996) ao analisar e definir assentamentos rurais estabelece alguns critérios para diferenciar assentamentos coletivizados e individuais como lemos:

Entre o modelo individual-familiar e o totalmente individualizado existem, todavia, graduações e inúmeras combinações específicas. A solução encontrada por alguns assentados pode ser algo “semicol etivo”, com a socialização por exemplo da compra e do uso de máquinas, equipamentos e insumo, ficando seu emprego sob cuidado de cada família separadamente, em seu respectivo lote. Em outros casos, a força de trabalho do conjunto das famílias é utilizada para algumas fases do processo produtivo, normalmente atividades que são comuns a todas elas, como o preparo do solo, a adubação e a colheita, enquanto os tratos da cultura no lote e seus resultados econômicos ficam por conta de cada família. A comercialização e o transporte podem também ser realizados de forma unificada. (BERGAMASCO, 1996, p. 57).

Com auxílio dos critérios expostos e mais duas perguntas referentes ao sentimento de posse das pessoas em relação à sua terra e aos frutos de seu trabalho na terra, elaboramos um questionário (Apêndice 2) que nos permitirá dividir os assentamentos pesquisados em duas categorias: assentamento individual e assentamento coletivizado.

Esse questionário, que denominamos questionário de identificação, pode nos dar 5 (cinco) indicações de trabalho coletivo e 5 (cinco) indicações de trabalho individual, além de uma indicação de trabalho em mutirão.

Definido nosso objeto de estudo, seguimos com a formulação de uma hipótese de trabalho a ser confirmada, ou não, em nossa pesquisa.

Ao definirmos uma hipótese explicativa, estamos atribuindo uma causalidade, falsa ou verdadeira, ao nosso objeto de estudo, logo estabelecer uma hipótese é estabelecer provisoriamente a existência de um nexo de causa e efeito entre os elementos observados.

Para definirmos nossa hipótese, partimos da observação de que em assentamentos coletivizados, via de regra, quando a propriedade e o trabalho são coletivos também o é a gestão destes assentamentos.

Os assentamentos cooperativados que são coordenados pelo MST, por exemplo, se organizam em núcleos de trabalho possuindo uma coordenação geral eleita pelos assentados, embora a instância máxima de decisão seja a assembléia. É um processo de gestão coletiva e democrática, com decisões negociadas de parte a parte (MORISSAWA, 2000).

Na gestão coletiva do assentamento ocorre o confronto entre os vários interesses individuais dos assentados, que, neste contato, geram o interesse geral dos assentados enquanto grupo, ou, de outra forma, o interesse do assentamento.

Este interesse geral é que irá guiar a gestão do assentamento, determinando novas práticas e desenvolvendo novas representações junto aos assentados, transformando a relação

homem-natureza-sociedade que irá influenciar o assentado pelo simples fato de ser uma nova forma deste relacionar-se com seu mundo natural e social. Levando a uma maior liberdade de escolha sobre o que e como produzir, que é proporcionada pelo trabalho coletivo, permitindo que o agricultor adote formas alternativas de produção, com maior autonomia e participação política.

Desta forma, chegamos à hipótese de que a posse coletiva da terra estabelece uma dinâmica diferenciada de práticas, representações e relações dos assentados entre si, com a sociedade e com a natureza quando comparada com a dinâmica dos assentados individuais.

E acreditamos que esta prática coletiva, produza uma prática de maior viabilidade ecológica pois a lógica da propriedade coletiva se opõe à prática individualista baseada na lógica do sistema capitalista de maximização de resultados econômicos, como nos coloca Leff (2000, p. 215):

O sistema capitalista fundou-se numa racionalidade econômica dirigida pela maximização do lucro e do excedente econômico em curto prazo, assim como na ordem jurídica do direito privado. Este processo teve uma série de consequências na degradação de ecossistemas, que são o suporte físico e vital de todo o sistema produtivo, repercutindo na transformação e destruição de um conjunto de valores humanos, culturais e sociais, associados à prática comunitária de uso dos recursos naturais.

Desta maneira definimos nossa hipótese de trabalho como sendo:

- (**As formas coletivas de posse e trabalho da terra em assentamentos rurais, formam condições para uma maior internalização de valores e práticas ecologicamente mais viáveis, quando comparadas às condições formadas por formas individuais de posse e trabalho da terra.**

Depois de definidos nosso objeto de estudo e nossa hipótese de trabalho estamos preparados para definir nossos objetivos que devem ser condizentes com os itens colocados anteriormente.

3.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Em meio a uma realidade complexa, a estrutura fundiária brasileira, toda ação deve ser orientada por conhecimentos os mais seguros possíveis, sobre as conseqüências das decisões e políticas adotadas.

Nossa pesquisa coloca como um meta-objetivo refletir acerca da constituição de assentamentos rurais, propondo-se a auxiliar na construção de um conhecimento que subsidie os agentes sociais envolvidos, permitindo-lhes ter maior segurança quanto às conseqüências de suas decisões.

3.2.1 Objetivo geral

Subordinados às possibilidades práticas de nossa pesquisa, traçamos como objetivo geral deste estudo o seguinte item:

— Determinar através do estudo comparativo, se a utilização de formas coletivas de posse e organização do trabalho na terra, na realidade dos assentamentos rurais, tende a gerar uma maior internalização dos valores e usos ecológicos junto aos assentados.

3.2.2 Objetivos específicos

Para alcançarmos tais objetivos temos a necessidade de traçarmos outros objetivos específicos que, instrumentalmente, servirão para auxiliar a compreensão das questões levantadas por nossa pesquisa.

Colocamos abaixo tais objetivos específicos que nos propomos a perseguir:

1. diferenciar conceitual e gradualmente, as formas de trabalho e posse da terra, como de tendência individualizada ou coletivizada de acordo com categorias teóricas apontadas na pesquisa;
2. construir indicadores que permitam a observação, mensuração e comparação de diferentes níveis de conscientização e práticas ecológicas dos assentamentos estudados, ou à maioria destes;
3. verificar a existência de uma correlação entre formas de posse e organização de trabalho da terra com os níveis de conscientização e práticas ecológicas;

4. procurar compreender e explicar os motivos que levam às correlações verificadas.

3.3 METODOLOGIA

Em nossa pesquisa procuramos relações entre forma de trabalho e uso da terra com as práticas e consciência ecológica dos assentados rurais. Nos propomos a fazer tal estudo comparando assentamentos rurais e, para isto, precisamos estabelecer formas de diferenciar gradualmente nos assentamentos as duas grandes variáveis de nossa pesquisa:

1. Forma de posse e trabalho da terra.
2. Consciência e prática ecológica de assentados.

Para nos aproximarmos de nosso objeto de estudo utilizamos a técnica dos Tipos Ideais de Max Weber, desta forma estaremos procurando entender os assentamentos rurais a partir de uma construção racional que pode nos levar a compreender o significado e o sentido destes.

Neste ponto achamos relevante salientar que ao afirmarmos estar procurando relações entre posse da terra e consciência ecológica, não estamos procurando encontrar leis gerais de causa e efeito em relação à constituição de assentamentos rurais, e sim compreender os motivos e significados que movem os assentamentos e assentados rurais estudados.

Pois como nos coloca Max Weber, que nos empresta a técnica de aproximação que vamos utilizar, somente podemos conhecer fragmentos da realidade, que torna impossível podermos atribuir um só efeito a uma só causa, desta forma segundo Weber,

Quando se trata da individualidade de um fenômeno, o problema da causalidade não incide sobre as leis, mas sobre *conexões* causais concretas; não se trata de saber a que fórmula se deve subordinar o fenômeno a título de exemplar, e sim a que constelação deve ser imputado como resultado. Trata-se portanto de um problema de *imputação*. Onde quer que se trate da explicação causal de um fenômeno cultural (...) o conhecimento das leis de causalidade não poderá constituir o *fim* mas antes o *meio* do estudo. Ele facilita e possibilita a imputação causal dos elementos dos fenômenos, tornados importantes para a cultura pela sua individualidade, às suas causas concretas. É apenas na medida em que presta este serviço que poderá ter valor para o conhecimento das conexões individuais (WEBER, 1991, p.58) [grifos do original].

Desta forma a explicação causal não é um fim em nossa pesquisa e sim um meio para a compreensão da realidade dos assentamentos rurais.

O tipo ideal proposto por Max Weber é um conceito produzido a partir de certos pontos de vista, é sobretudo uma construção intelectual, uma forma de aproximação da realidade e, exatamente por isso, não existe concretamente, ele é construído “[...] mediante a acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isolados dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo” (WEBER *apud* SELL, 2002, p. 114).

Logo, forma-se o conceito a partir do ponto de vista dado pelo pesquisador, conforme nos coloca Sell (2002, p. 114):

Desta forma, fica claro que o conceito (que é um tipo ideal) nunca se acha de forma “pura” na realidade, pois ele é apenas um a construção teórica elaborada pelo sociólogo. O tipo-ideal é construído a partir de uma “intensificação” [aspas no original] unilateral da realidade, ou seja, uma “exageração” de alguns de seus elementos característicos, a partir de um determinado ponto de vista [grifos do original].

Assim construímos para nossa pesquisa 2 (dois) tipos-ideais em relação às práticas e consciência ecológica:

- a) agricultor explorador;
- b) agricultor camponês.

Agricultor explorador — O agricultor explorador é aquele que se move motivado unicamente pela exploração dilapidadora dos recursos existentes em sua propriedade, sem preocupação alguma com a viabilidade ecológica de sua terra.

Atua sobretudo na busca do maior lucro possível no menor espaço de tempo. Metaforicamente vinculamos o agricultor explorador a imagem de antigos, e alguns atuais, garimpeiros, que procuram extrair a riqueza da terra o mais rapidamente possível na expectativa de abandonar a área explorada assim que se esgotarem os recursos da mesma.

Agricultor camponês — O agricultor camponês é aquele que procura sempre uma mais longa e mais segura sustentabilidade para sua propriedade e sua forma de vida. Procurando um equilíbrio entre seu consumo dos recursos naturais e a capacidade de regeneração dos recursos da propriedade.

Ele procura uma forma de trabalhar e viver na terra que, no limite, permitam sua sobrevivência e de seus descendentes pelo maior tempo possível.

3.4 DEFINIÇÃO DE ITENS A PESQUISAR

Definida a forma geral dos tipos-ideais, procuramos selecionar os itens que serão analisados por nossa pesquisa. A definição destes itens também é um recorte intelectual, uma decisão de pesquisa. Sendo impossível analisar todos os itens, se prioriza alguns em detrimento de outros. Sempre é possível fazer um recorte diferente do que pesquisar, e estamos cientes de que nossas escolhas influenciarão no resultado da pesquisa. Mas não podemos cometer o erro de tentar alcançar a toda a realidade do assentamento ou de ficarmos paralisados na indecisão, as escolhas de pesquisa devem ser feitas para o bem e para o mal.

Dividimos os itens em aspectos gerais que tentamos estudar.

1. Aspectos Produtivos — Justifica-se, pois a produção é o fator de maior impacto no meio ambiente do assentamento:

- a) tipo de adubação;
- b) uso de agrotóxicos;
- c) mecanização ou humanização da produção;
- d) tipos de sementes utilizadas;
- e) uso de policultura ou monocultura.

2. Aspecto alimentar — A preservação da capacidade do assentamento em manter a vida dos assentados, com produção de alimentos com baixo ou nenhum custo financeiro, garante a liberdade do assentado de não se submeter a regras de mercado que poderiam exigir processos produtivos que gerem desequilíbrios ecológicos no assentamento, afetando a sustentabilidade do mesmo em prazos mais longos:

- a) produção para autoconsumo no assentamento.

3. Aspecto da preservação de recursos naturais — Analisa a capacidade do assentamento de manter seus recursos naturais contra a exploração predatória:

- a) preservação de mananciais de água;

- b) tratamento das águas servidas;
- c) preservação de matas.

4. Aspectos Sociais — A inserção dos assentados junto a sua comunidade é importante na medida em que qualquer agricultor, ou conjunto de agricultores, precisa relacionar-se com o exterior do assentamento para a manutenção do mesmo:

- a) relações com vizinhos;
- b) participação política.

5. Aspecto Temporal — Incluímos uma pergunta chave relacionada diretamente com a identidade dos conceitos desenvolvidos:

- a) disposição de manter-se na terra.

Dessa forma formamos um questionário com 12 (doze) itens que irão definir se os assentados estão mais próximos ao tipo-ideal agricultor camponês ou mais próximos ao tipo-ideal agricultor explorador.

3.5 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Para controlarmos a subjetividade do pesquisador definimos previamente critérios de correção dos questionários, definindo valores para as respostas variando de 0 (zero), valor mais próximo ao agricultor-camponês, até 4 (quatro) valor mais próximo ao agricultor explorador.

Assim sendo os assentados respondem a um questionário, e às suas respostas é atribuído um valor variável de 0 (zero) até 48 (quarenta e oito) formando um instrumento comparativo entre os assentamentos.

Em anexo incluímos o questionário a ser aplicado, juntamente com os critérios para correção e valoração das respostas.

A definição de um critério que se finaliza de forma matemática não significa uma preferência por um método quantitativo puro, o número não será considerado auto-explicativo e sim será uma forma de refinar nosso olhar sobre a realidade. Como nos coloca Wilson (1996, p. 554):

A condição que procuro estabelecer é de que, embora o modelo da “ciência natural” seja inadequado e prejudicial nas ciências sociais, e que a matemática não pode desempenhar, no estudo da sociedade, o mesmo papel de relevo que tem na compreensão dos fenômenos naturais, a abordagem puramente idiográfica também é ineficiente e a matemática pode revelar-se indispensável para deslindar as complexidades dos fenômenos sociais [grifos do original].

Também acreditamos que assim possamos escapar da armadilha de, como resultado de nossa inexperiência em pesquisa, nos vermos enredados por uma massa disforme de informações puramente qualitativas, sem conseguirmos dar-lhe um significado claro.

Optamos por realizar entrevistas em grupos pois tínhamos a intenção de que as entrevistas servissem também como um momento de reflexão dos próprios assentados acerca de suas representações e suas práticas.

Na prática verificamos que a dinâmica das entrevistas em grupo permitiu que os assentados interagissem de forma a evitar os discursos pré-concebidos, bem ao contrário de nossos temores iniciais de que pudesse haver um policiamento ideológico de um assentado sobre o outro.

Os resultados obtidos quanto às práticas e consciência ecológica dos assentados serão comparadas com as categorias assentamento individual e assentamento coletivo, que traduzem a forma de posse e trabalho da terra como já foi explicado no capítulo 2.

Com os cruzamentos destas informações esperamos conseguir compreender os posicionamentos dos assentados pesquisados.

3.6 ACORDO COM ASSENTADOS

Realizar uma pesquisa social significa trabalhar com pessoas, ser aceito em suas casa, dividir uma cuia de chimarrão, pessoas estas a quem devemos todo respeito e consideração.

As pessoas que nos recebem, nos dão entrevistas e, de certa forma, nos confidenciam seus valores e sentimentos, mesmo estando inscritos na luta pela terra, por reforma agrária e pela viabilidade de suas terras e seu modo de vida.

Para proteção da privacidade dos próprios assentados, substituímos seus nomes por códigos da seguinte forma:

H – homem adulto;

M – mulher adulta;

h – adolescente masculino;

m – adolescente feminino;

C – criança.

Os números e a seqüência das letras, identificam o informante. Desta forma, H-01 será nosso primeiro informante, um homem adulto.

Como estamos trabalhando com grupos de entrevistados achamos desnecessário determinar a idade de cada um.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Faremos a apresentação dos dados por assentamento e por grupo de entrevistados, sendo comparado, ao final, os resultados dos grupos do mesmo assentamento e de todos os grupos entre si.

Agrupamos os resultados dos Assentamentos Rio dos Passos e Córrego do Segredo 2 por se tratarem de assentamentos vizinhos dentro de um mesmo município que, na prática, funcionam com formas de colaboração informal que extrapolam sua divisão territorial.

Para melhor compreensão do tema, incluímos o mapa de Santa Catarina com a localização dos municípios em que os assentamentos se encontram (Anexo 2).

Em um segundo momento, faremos a comparação dos dados de todos os grupos de todos os assentamentos agrupando-os de acordo com os critérios apresentados anteriormente.

4.1 DADOS POR ASSENTAMENTO

4.1.1 Assentamento ‘Conquista do Litoral’

O primeiro assentamento a ser pesquisado foi o assentamento Conquista no Litoral, localizado no município de Garuva.

Garuva é um município localizado no extremo norte de Santa Catarina na microrregião de Joinville, com um clima bastante úmido e verão quente, estando praticamente ao nível do mar. Possui uma população de cerca de 11.300 habitantes e economia baseada em atividade agrícola, cujo principal produto é a banana.

O assentamento possui 92 hectares de área, abriga 12 famílias e se localiza no interior do município, cerca de 4 (quatro) quilômetros distante da BR-101, com acesso a Joinville e São Francisco do Sul e até mesmo ao Paraná, o que facilita o escoamento da produção.

Todo o assentamento de Garuva deriva de um processo de desapropriação, pelo INCRA, e os assentados estão retirando praticamente todo seu sustento de suas atividades.

Este assentamento conta com aproximadamente 10 (dez) famílias organizadas coletivamente e 2 (duas) famílias que optaram pelo trabalho individual. O contato inicial foi feito com Sr. H-03 que se insere no trabalho coletivizado.

O aglomerado de casas dos que se organizam na forma coletiva, é chamado pelos assentados de “vila”, as casas dos assentados individuais se encontram afastadas desta vila cerca de 300 e 800 metros respectivamente, numa continuação da estrada principal do assentamento. Os assentados individuais não participam da produção coletiva, bem como também não usufruem seus benefícios como a distribuição de leite ou da cozinha coletiva, e muito menos da distribuição da renda do trabalho coletivo.

A organização da parte coletiva do assentamento parte das “casas” das “Famílias” ou dos “Indivíduos”, cada uma destas categorias sendo considerada uma unidade para certos casos como no caso da distribuição do excedente de leite.

Inicialmente o leite é distribuído por todas as casas igualmente e para a cozinha coletiva, sendo que o excedente é entregue a uma casa diferente a cada dia para produção de manteiga ou outro derivado.

Neste caso a categoria “casa” é que serve de critério para distribuição do produto. A categoria “casa” em muito se confunde com a categoria “família”, pois muitas famílias habitam a uma casa, mas existe uma casa de solteiros e pode vir a acontecer de uma casa abrigar dois casais ou duas famílias ou outro arranjo qualquer.

Já a contribuição para a cozinha coletiva é feita a partir dos indivíduos, com pessoas adultas recolhendo R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais) por mês e crianças R\$ 20 (vinte reais) por mês. Também no pagamento do trabalho a categoria usada é o indivíduo, cada assentado recebe R\$ 0,75 (setenta e cinco centavos) por hora trabalhada nas lides do assentamento sendo que os homens têm o dever de trabalhar no mínimo 8 horas por dia 6 dias por semana e as mulheres 4 horas por dia.

A administração da parte coletiva do assentamento é feita através de comissões que tratam de diferentes aspectos do assentamento, existindo comissões de saúde, agricultura, social, política, de administração e outras, sempre existe o cuidado de não se deixar uma comissão nas mãos de uma única família ou casa.

Produção do Grupo Coletivo

Produção para consumo interno:

- ♣ Milho;
- ♣ Aves;

- ♣ Banana;
- ♣ Porcos;
- ♣ Leite;
- ♣ Peixes².

Produção para comercialização:

- ♣ Alface;
- ♣ Agrião;
- ♣ Tomate;
- ♣ Couve;
- ♣ Repolho;
- ♣ Produtos de olericultura em geral.

² Em fase inicial de comercialização de peixes e, “em estudo” a criação de um pesque -pague.

4.1.1.1 Primeiro Grupo de Garuva (Gar 01)

4.1.1.1.1 Composição e características

Este grupo é formado por um chefe de uma família (H-01) e sua esposa mais um assentado solteiro (H-02) de cerca de 20 anos.

A entrevista foi feita na casa de H-01 que se localiza na “vila”, H -01 vive com sua esposa no assentamento a mais de quatro anos e tanto ele como sua esposa são filhos de agricultores e sempre trabalharam na terra.

O solteiro H-02 vive numa “casa de Solteiros” no assentamento com mais um assentado, sendo também filho de agricultores.

A entrevista transcorreu em clima de descontração pois já conhecíamos o H-01 de outras oportunidades.

Como chefe da casa H-01 foi o que mais falou durante a entrevista com poucas intervenções de sua esposa e quase nenhuma de H-02.

H-01 já é assentado a mais de quatro anos e adquiriu respeitabilidade que lhe dá uma posição de liderança informal dentro do assentamento.

4.1.1.1.2 Resultado do questionário de identificação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO 2

Assentamento: Conquista no Litoral

Data: 02/05/2003 — Município: Garuva/SC — Grupo 01(Gar01)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	X

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	X

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	
São propriedade de todos no assentamento.	X

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	X

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	X

Total de 5(cinco) indicações de trabalho coletivo

4.1.1.1.3 Resultado do questionário aplicação.

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 01 de Garuva (Gar01)
Assentamento Conquista no Litoral

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação			X				
2	Agrotóxicos			X				
3	humanização da Produção			X				
4	Produção para autoconsumo			X				
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas			X				
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas			X				
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.		X					
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Afirmam que toda adubação depende de análise prévia do solo e dá preferência para a adubação orgânica, mesmo que adquirida, preocupasse com o alto índice de salinização de parte do solo do assentamento afirmando, por isso, não quer adubação química.

2) Agrotóxicos

Defendem o uso de um mínimo possível de agrotóxicos e apenas em certas culturas como o agrião e a alface, e não quer mais plantar tomate por esta cultura exigir muito agrotóxico.

3) Humanização da Produção

Consideram as atividades do assentamento como pouco mecanizada, usando-se mais a mecanização na questão do transporte no assentamento e fora deste. Acha este fato positivo.

4) Produção para autoconsumo

Defendem que o assentamento produza o máximo possível para o consumo dos próprios assentados, afirma que, exclusivamente para autoconsumo, produzem frango, ovos, milho, banana e peixes.

5) Mono/Policultura

Defendem a policultura até pela característica do assentamento e para prover o autoconsumo.

6) Sementes

Trabalham com sementes compradas, mas se recusaria a trabalhar com sementes modificadas geneticamente.

7) Mananciais de água

Defendem a preservação dos mananciais com construção de diques e canais. Também a manutenção de floresta junto aos mananciais e quer preservar a mata do assentamento mesmo que para isso seja preciso arrendar terra fora do assentamento a fim de aumentar a produção. Usam sistema de irrigação por gotejamento pois consome menos água e serve ao sistema de produção em abrigos.

8) Águas Servidas

Acham que o assentamento está fazendo sua parte, na medida que canaliza as águas servidas das casas e da produção para uma parte mais baixa do rio.

9) Preservação de matas

Querem a preservação de até 80% da mata do assentamento e a produção consorciada de eucalipto.

10) Disposição de Permanência na terra

Total, não vê possibilidade de sair do assentamento coletivo

11) Relação com vizinhos

Afirmam que hoje em dia tem boa relação com vizinhos, ajudando-os em questões como comercialização e aluguel de máquinas e eventualmente arrendando terras.

12) Participação Política

Consideram muito importante o engajamento político e acha que o assentamento deve sempre disponibilizar 2 ou 3 pessoas para atividades políticas e em apoio a outros movimentos ou acampamentos. É fortemente ligado ao MST.

Total de 11(onze) pontos.

4.1.1.2 Segundo Grupo de Garuva (Gar 02)

4.1.1.2.1 Composição e características

Grupo formado por um chefe de família (H-03) e sua esposa (M-02) .

A entrevista foi realizada na casa do assentado logo após o almoço na cozinha coletiva do assentamento.

H-03 e sua esposa são filhos de agricultores mas já viveram em área urbana, M-02 trabalhou em uma creche da qual fala com carinho e confessa ter saudades, H-03 também já trabalhou como operário na cidade, mas não se adaptou ao sistema de horários fixos da cidade.

Ambos afirmam que a vida no assentamento é melhor, com mais fartura e segurança para os filhos.

Durante a entrevista outro assentado se juntou a nós, um jovem de cerca de 20 anos (H-04) que participou ativamente da entrevista, juntamente com H-03 e Sua esposa, M-02 participou ativamente da entrevista sem nenhum receio de, inclusive, discordar de sua esposa ou do outro assentado.

Depois da entrevista fiquei sabendo que o jovem que se unira a nós fora designado para ser o guia de nossa visita ao assentamento.

4.1.1.2.2 Resultado questionário de Identificação

Assentamento: Conquista no Litoral

Data: 02/05/2003 — Município: Garuva/SC — Grupo 02 (GAR 02)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	X

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	X

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	
São propriedade de todos no assentamento.	X

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura	
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós	X

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	X

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho coletivo

4.1.1.2.3 Resultado questionário aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 02 de Garuva (Gar02)
Assentamento Conquista no Litoral

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação			X				
2	Agrotóxicos			X				
3	humanização da Produção			X				
4	Produção para autoconsumo			X				
5	Policultura			X				
6	Sementes Naturais			X				
7	Mananciais Águas					X		
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas			X				
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.			X				

1) Uso Adubação

Preferem não usar adubação química pois acha que prejudica o solo. Defende o uso de “cama” de aviário, mesmo que comprada fora.

2) Agrotóxicos

Admitem usar agrotóxicos para a limpeza das Valas mas não nas culturas

3) Humanização da Produção

Consideram o trabalho no assentamento bastante humanizado pois a cultura não aceita o plantio direto levando ao uso intenso de mão de obra.

4) Produção para autoconsumo

Estão contentes com o fato de só comprarem fora do assentamento poucos produtos como farinha, café e açúcar.

5) Mono/Policultura

Afirmam que o mercado pede a policultura no caso da olericultura (do assentamento) mas sabe que produziram mais caso se dedicassem a uma só cultura.

6) Sementes

Não aceitam sementes transgênicas e quer produzir sementes no próprio assentamento.

7) Mananciais de água

Querem a preservação das matas no assentamento e o controle da água com caixa depósito para as casas

8) Águas Servidas

Retorna direto para o riacho

9) Preservação de matas

Querem a preservação das matas para preservar as águas do assentamento.

10) Disposição de Permanência na terra

Total disposição em ficar na terra. Consideram a vida no assentamento muito melhor do que antes (nasceram no campo, mas moraram na cidade por muitos anos)

11) Relação com vizinhos

Consideram que hoje o assentamento tem boas relações com os vizinhos mas que tiveram que vencer muitas resistências até este ponto.

12) Participação Política

Considerasse engajado na luta política do MST mas hoje em dia não atua ativamente e acha que outras pessoas no assentamento devem , agora, fazer a luta política.

Total de 15 (quinze) pontos.

4.1.1.3 Terceiro Grupo de Garuva (Gar 03)

4.1.1.3.1 Composição e características

Grupo formado por chefe de família H-05 e sua esposa M-04.

Fomos levados até H-05 por H-04 pois nosso guia tinha ainda uma tarefa por acabar. Chegando fomos recebidos na casa do assentado que fica fora da “vila” cerca de 500 metros distante .

Conversamos com informalidade, o assentado se considera “fora do Grupo Coletivo”, por motivos, segundo ele, de ordem pessoal.

Sua renda básica provém de artesanato de cestas de vime e cipó que são compradas por um comerciante de São Paulo que aparece a cada 15 dias. Ele e a mulher trabalham nesta atividade. Devido à dinâmica da conversa não nos ficou claro a origem do cipó e do vime, ora entendemos como sendo comprado, ora fornecido pelo comprador e ora “tirado do Mato” e posto a secar. Vimos cipó secando para o trabalho.

Sua única atividade agrária para geração de renda é a extração de eucaliptos e plantação de palmeira real para produção de palmito. Suas criações e plantações destinam-se mais ao autoconsumo. Afirma que recebeu um lote muito arenoso que “não é bom para plantar” e, por isso, desenvolve outras atividades.

4.1.1.3.2 Resultado questionário de identificação

Assentamento: Conquista no Litoral

Data: 02/05/2003 — Município: Garuva/SC — Grupo 03 (Gar 03)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu uso em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual.

4.1.1.3.3 – Resultado questionário de aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 03 de Garuva (Gar03)

Assentamento Conquista no Litoral

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação		X					
2	Agrotóxicos				X			
3	humanização da Produção			X				
4	Produção para autoconsumo					X		
5	Policultura						X	
6	Sementes Naturais					X		
7	Mananciais Águas				X			
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra					X		
11	Relações com vizinhos.					X		
12	Participação Política.					X		

1) Uso Adubação

Gostam de adubação orgânica e não usaria adubo químico.

2) Agrotóxicos

Usam “veneno” para a limpeza de seu terreno.

3) Humanização da Produção

Trabalham com produção de artesanato e tem poucas culturas e só para autoconsumo.

4) Produção para autoconsumo

Produzem aipim, galinhas e temperos para autoconsumo, compra a maior parte de seus víveres, inclusive com o pessoal do “coletivo”. Também possui um pequeno pomar de frutas.

5) Mono/Policultura

Plantam eucaliptos que pretende ainda comercializar

6) Sementes

Compram fora as mudas de eucalipto

7) Mananciais de água

Pegam água direto de uma nascente em sua propriedade apenas para consumo da casa.

8) Águas Servidas

Despejam a água no riacho sem maiores preocupações.

9) Preservação de matas

Como não tem cultura preserva as matas apenas tirando eucaliptos de acordo com a necessidade.

10) Disposição de Permanência na terra

Está disposto a vender sua terra por uma boa oferta.

11) Relação com vizinhos

Relacionam-se bem com seus vizinhos (considera os demais assentados como vizinhos)

12) Participação Política

Considerasse um militante não ativo do MST.

Total de 27 (Vinte e Sete pontos).

4.1.1.4 Quarto Grupo de Garuva (Gar 04)

4.1.1.4.1 Composição e características

Entrevista realizada com M-05, senhora casada com cerca de 30 anos cujo marido não se encontrava no assentamento, e um adolescente h-01, filho de um assentado.

A maioria das respostas foi dada pela senhora que respondeu a entrevista com poucas palavras mas não teve receio quanto a suas respostas.

O adolescente acompanhou a entrevista de forma passiva, sentimos que o mesmo estava mais curioso com a figura do pesquisador que interessado em participar.

A entrevista foi realizada na cozinha coletiva enquanto tomávamos café e víamos vários grandes pães sendo preparados para serem assados.

4.1.1.4.2 – Resultado questionário de identificação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO 2

Assentamento: Conquista no Litoral

Data: 02/05/2003 — Município: Garuva/SC — Grupo 04 (Gar 04)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	<input type="checkbox"/>
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	<input checked="" type="checkbox"/>

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	<input type="checkbox"/>
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	<input type="checkbox"/>
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	<input checked="" type="checkbox"/>

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade	<input type="checkbox"/>
São propriedade de todos no assentamento.	<input checked="" type="checkbox"/>

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	<input type="checkbox"/>
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	<input checked="" type="checkbox"/>

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	<input type="checkbox"/>
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	<input checked="" type="checkbox"/>

Total de 5(cinco) indicações de trabalho coletivo.

4.1.1.4.3 Resultado questionário de aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 04 de Garuva (Gar04)

Assentamento Conquista no Litoral

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação			X				
2	Agrotóxicos			X				
3	humanização da Produção				X			
4	Produção para autoconsumo			X				
5	Policultura			X				
6	Sementes Naturais		X					
7	Mananciais Águas				X			
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra					X		
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.					X		

1) Uso Adubação

Prefere o uso de adubo de aviário e cobertura verde, mas reconhece que o assentamento tem problemas com a terra argilosa.

2) Agrotóxicos

Afirma que o assentamento não usa muito agrotóxico, principalmente na alface e na rúcula contra os insetos.

3) Humanização da Produção

Gostaria que a produção fosse mais mecanizada pois hoje só o transporte é mecanizado.

4) Produção para autoconsumo

Compra arroz e feijão acha bom que o assentamento produza quase toda a alimentação.

5) Mono/Policultura

Gosta de trabalhar com policultura e entende que o mercado exige uma vasta gama de produtos.

6) Sementes

Trabalha com sementes compradas e comenta que quer produzir sementes no assentamento, comenta que já são produzidas sementes de pimentão no assentamento.

7) Mananciais de água

Defende a manutenção da mata ao redor das fontes de água e o uso do hipoclorito de sódio.

8) Águas Servidas

Direto ao riacho.

9) Preservação de matas

Preferem manter a mata que aumentar a produção, até porque isto geraria muito mais trabalho.

10) Disposição de Permanência na terra

M-05 Sairia do assentamento em troca de um bom emprego na cidade.

11) Relação com vizinhos

Têm bom relacionamento com os vizinhos

12) Participação Política

Consideram-se de pouca participação política

Total de 18 (dezoito) pontos.

4.1.1.5 Quinto Grupo de Garuva (Gar 05)

4.1.1.5.1 Composição e características

Grupo formado por um chefe de família H-27, sua esposa M-27 e seu filho de 16 anos h-27.

Fomos muito bem recebido em sua casa, que é a mais distante da “Sede” do assentamento e é feita de Madeira ao contrário das outras do assentamento que são de alvenaria. O encontramos inicialmente em uma roça de aipim aplicando inseticida para acabar com um formigueiro.

Ele e sua família estão a mais de oito anos no assentamento sendo o primeiro assentado e, por isso fez sua casa antes que os outros do grupo coletivo.

Comentou que sempre trabalhou “na roça” e que já foi dono de outras terras e que acabou “tendo que vender tudo” para pagar dívidas no banco. Tendo então se engajado no MST até conseguir a terra que atualmente ocupa.

Acha que hoje o trabalho na terra é muito mais difícil que há alguns anos pela pouca rentabilidade. Tem boas relações com os assentados do grupo coletivo mas prefere manter sua individualidade para “não se indispor com ninguém”.

A “conversa” foi bastante animada mas com pouca participação da esposa e do filho de H-27, nos foram contados “causos” e nos sentimos em casa devido à hospitalidade que recebemos.

4.1.1.5.2 Respostas questionário de identificação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO 2

Assentamento: Conquista no Litoral

Data: 02/05/2003 — Município: Garuva/SC — Grupo 05 (Gar 05)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	<input type="checkbox"/>
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	<input checked="" type="checkbox"/>

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	<input checked="" type="checkbox"/>
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	<input type="checkbox"/>
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	<input type="checkbox"/>

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	<input checked="" type="checkbox"/>
São propriedade de todos no assentamento.	<input type="checkbox"/>

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu uso em minha lavoura.	<input checked="" type="checkbox"/>
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	<input type="checkbox"/>

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	<input checked="" type="checkbox"/>
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	<input type="checkbox"/>

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual.

4.1.1.5.3 Respostas questionário de aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 05 de Garuva (Gar05)

Assentamento Conquista no Litoral

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação					X		
2	Agrotóxicos				X			
3	humanização da Produção		X					
4	Produção para autoconsumo				X			
5	Policultura						X	
6	Sementes Naturais			X				
7	Mananciais Águas					X		
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.						X	

1) Uso Adubação

Não usam mais adubação. Usava os dois tipos (Química e Orgânica) mais a aplicação de calcário, nada tem contra a adubação química.

2 Agrotóxicos

Usam formicidas e outros venenos em sua propriedade

3) Humanização da Produção

Não tem máquinas e usam só a força de trabalho da família.

4 Produção para autoconsumo

Produzem aipim, galinha, porco e peixe para autoconsumo, para vender produz apenas eucalipto.

5) Mono/Policultura

Acham mais vantajoso trabalhar só com um produto.

6) Sementes

Compram fora suas mudas de eucalipto, mas tem vontade de produzi-las em sua propriedade, inclusive para vender aos vizinhos, mas não tem o conhecimento para isso.

7) Mananciais de água

Tiram água para casa direto da fonte no morro em sua propriedade.

8) Águas Servidas

Devolvem direto ao riacho

9) Preservação de matas

Não tiram mata nativa, ocupa áreas já desmatadas da antiga fazenda que deu origem ao assentamento.

10) Disposição de Permanência na terra

Não sairiam de suas terras por nada

11) Relação com vizinhos

Tem boa relação com os vizinhos (consideram os outros assentados como vizinhos)

12) Participação Política

Não atuam mais na política do MST

Total de 23 (vinte e três) pontos.

4.1.2 Assentamento Justino Dranszevski

O assentamento Justino Dranszevski localiza-se na cidade de Araquari, distando menos de 1(um) quilômetro da BR-101 o que facilita o escoamento dos produtos do assentamento aos mercados de Joinville, Itajaí e até mesmo Florianópolis.

Araquari é uma cidade com cerca de 23.000 habitantes localizada na microrregião de Joinville de clima úmido e verão quente com altitude média de 09 metros acima do nível do mar.

A economia do município esta baseada na agricultura tendo como principais produtos o arroz e o maracujá, tanto que um dos principais eventos da cidade é a festa do maracujá.

O assentamento possui uma área de 73 hectares sendo cortado por uma estrada municipal de chão batido e contava, por ocasião de nossas visitas com 07(sete) famílias assentadas, mas segundo os próprios assentados, tem condições, e mesmo a necessidade do ponto de vista produtivo, de receber pelo menos mais duas famílias.

Neste assentamento não existe a definição de lotes individuais, nem mesmo a demarcação das linhas de lotes individuais foi realizada pelo INCRA.

Todas as casas dos assentados, cerca de 8 (oito), e as principais benfeitorias, como galpão de equipamentos e garagem, estão localizadas numa “vila” junto à rua que corta o assentamento.

Esta vila possui uma rua e uma praça central, conta com sistema de água encanada e esgotos que vão até uma pequena estação de tratamento de águas, que funciona com utilização de plantas aquáticas. Um pouco mais afastado da vila se encontram o canil, chiqueiro e aviário.

Todo o trabalho é dividido entre os assentados como conjunto e a distribuição do resultado de trabalho é feito com o pagamento de horas trabalhadas, que pode ser em qualquer uma das várias atividades do assentamento e não apenas na agricultura ou com os produtos que são produzidos para autoconsumo.

A principal atividade econômica do assentamento é a construção de casas e a produção de tijolos não cozidos de cimento e barro com ajuda de uma máquina que utiliza força humana.

O assentamento desenvolveu um trabalho em equipe em que alguns assentados produzem os tijolos no assentamento enquanto uma equipe de três ou quatro homens trabalha na montagem de casas nos municípios próximos, voltando ao assentamento apenas nos finais de semana.

Para que nossa pesquisa fosse aceita neste assentamento foi necessária muita negociação, e só fomos aceitos com a ajuda e indicação da Prof. Dra. Dalila Pedrini, atualmente aposentada da Universidade Regional de Blumenau, reconhecida, pelos assentados, como pessoa de sua confiança.

4.1.2.1 Primeiro Grupo de Araquari (Ara 01)

4.1.2.1.1 Composição e Características

A reunião com o primeiro grupo do assentamento de Araquari foi realizada na casa de nosso contato na vila do assentamento. Participaram deste encontro 2 (dois) casais e um jovem, filho de um dos casais e uma criança filho do outro casal.

Neste ponto definiremos que ao casal formado por nosso informante e sua esposa será chamado de H-07 e sua esposa M-06 e seu filho adolescente chamaremos de h-03, ao segundo casal chamaremos de H-08 o marido, e M-07 a esposa, e seu filho de cerca de 5 anos chamaremos de C-01

Nosso contato convidou a várias pessoas, mas disponíveis no momento apenas estes.

Antes das entrevistas com os questionários pudemos conversar bastante informalmente e alguns pontos que seriam depois discutidos na entrevista puderam ser mais bem explorados nesta conversa.

H-07 e sua esposa nos relataram serem filhos de agricultores e provenientes do oeste de Santa Catarina e consideram a vida que tinham no oeste muito mais difícil e trabalhosa do a que levam hoje em dia no assentamento, valorizam principalmente a segurança proporcionada pela vida no coletivo e a possibilidade de dar educação a seus filhos, pois todos os jovens do assentamento estudam.

Já H-08 e sua esposa nos contam que, embora também sejam naturais do oeste de Santa Catarina, viveram por muitos anos no Paraguai de onde voltaram quando tiveram notícias do MST e da reforma agrária.

Também consideram a vida no assentamento como muito melhor que sua condição anterior, quando o maior problema decorria do fato de, não sendo donos da terra, não terem nenhum controle sobre sua vida.

Relataram também que, no Paraguai, tiveram muitos problemas por intoxicação por agrotóxicos que em algumas plantações era aplicado com aviões, de forma que bastava um vento mais forte para sair do controle e invadir áreas por eles habitadas.

Tanto mãe como filho sofreram por intoxicação, a criança C-01 tinha muitos problemas de pulmão e garganta que só desapareceram quando vieram para o assentamento,

que não usa agrotóxico, H-08 e sua esposa foram muito enfáticos ao afirmar que jamais pretendem usar agrotóxicos novamente.

As mulheres mais que os homens afirmaram sentir muito o preconceito das pessoas de Araquari embora o consideram “fraco”. O Jovem afirmou que não se sente discriminado na escola municipal que frequenta, mas seu pai H-08 acha que os professores estão mal informados sobre as questões sociais e agrárias do Brasil e principalmente em relação ao assentamento, acha estranho que o assentamento receba visita de grupos de outras cidades mas não de Araquari.

A entrevista correu normalmente com a participação de todos no grupo sendo bastante proveitosa e se alongando por várias horas.

4.1.2.1.2 Resultados Questionário de Identificação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO 2

Assentamento: Justino Dranszewski

Data: 11/10/03 — Município: Araquari/SC — Grupo 01 de Araquari (Ara 01)

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	X

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos	X

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	
São propriedade de todos no assentamento.	X

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	X

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	X

Total de 5 (Cinco) indicações de trabalho posse coletiva da terra.

4.1.2.1.3 Resultados Questionário de Aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 01 de Araquari (Ara01)

Assentamento Justino Dranszevski

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação		X					
2	Agrotóxicos		X					
3	humanização da Produção			X				
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas				X			
8	Águas servidas		X					
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.				X			
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

O assentamento usa adubação orgânica proveniente das criações do assentamento, já usaram algumas vezes cama de aviário comprada, mas agora estão dispostos a usar apenas a própria, não pretendem usar adubação química.

2) Agrotóxicos

Todos foram enfáticos em afirmar que não usam e não admitem usar agrotóxicos, Sr H-08 comenta que no período em que trabalhou no Paraguai (24 anos) ficou exposto, junto com sua família, a agrotóxicos, principalmente quando eram lançados de aviões pulverizadores, seu filho de 4(quatro) anos ficou intoxicado com infecções na garganta e boca.

3) Humanização da Produção

O assentamento trabalha com um micro-tractor, mas a o terreno é impróprio para mecanização, também usam tração animal e pouca mecanização na produção.

4) Produção para autoconsumo

Usam toda a produção para consumo próprio inclusive com produtos produzidos unicamente para autoconsumo. Produzem inclusive o arroz sendo que a descasca é feita fora do assentamento em troca de parte da produção.

5) Mono/Policultura

São favoráveis a policultura e a praticam. Tem orgulho de produzirem quase tudo que consomem.

6) Sementes

Trabalham com sementes compradas e produzem mudas de Eucalipto e Palmeira.

7) Mananciais de água

Não tem depósitos de água pois retiram água de ponteiras, toda a terra é muito úmida e eles usam a técnica da cobertura verde na lavoura.

8) Águas Servidas

As águas das casas seguem por canalização até uma mini estação de tratamento antes de se devolvida a terra.

9) Preservação de matas

Preservam a maioria das matas encontradas no assentamento e não pretendem desmatar para ampliar a área cultivada.

10) Disposição de Permanência na terra

Os casais demonstraram total disposição em se manter á terra, Já o adolescente afirma que quer ficar no assentamento mas também deseja aventurar-se um pouco, sente-se dividido.

11) Relação com vizinhos

As mulheres relatam que tiveram muita dificuldade de relações com os vizinhos do assentamento, algo que ainda não está totalmente superado, os homens também se ressentem do preconceito. O adolescente relata que na escola hoje em dia a relação está “tranqüila”.

12) Participação Política

Todos defenderam a participação nas lutas do movimento dos sem terra, um dos entrevistados colocou que antes de ser membro de um partido político é membro do MST.

Observações:

A conversa com os assentados correu de forma descontraída e com a participação de todos.

Total de 7 pontos

4.1.2.1 Segundo Grupo de Araquari (Ara 01)

4.1.2.1.1 Composição e Características

Nesta segunda entrevista com os assentados de Araquari reunimos várias pessoas na casa de um dos assentados e várias pessoas entraram e saíram do grupo durante a conversa, consideramos para a formação do grupo apenas as pessoas que iniciaram e terminaram a entrevista.

Estávamos na casa de um senhor já mais entrado em anos, que anda com dificuldade por causa de um derrame (H-09) e sua esposa M-08, que nos recepcionam com um largo sorriso. Juntos também estão outro casal H-10 e M-09, um solteiro a pouco na idade adulta que chamaremos H-11 e um rapaz (h-07) e uma moça (m-08), dois jovens já saindo da adolescência.

Todos os entrevistados são filhos de agricultores, os jovens estudam em escolas municipais e os adultos têm bastante experiência em agricultura.

A conversa foi agradável e bastante divertida com muitas “piadas” de uns assentados com outros e a participação de todos, várias vezes os entrevistados divergiram e discutiram as respostas que foram dadas, neste ponto a entrevista serviu como uma forma dos próprios assentados refletirem sobre suas práticas.

4.1.2.1.2 Resultados Questionário de Identificação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO 2

Assentamento: Justino Dranszewski

Data: 11/10/03 — Município: Araquari/SC

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	X

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	X

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	
São propriedade de todos no assentamento.	X

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	X

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	X

Total de 5 (Cinco) indicações de trabalho posse coletiva da terra.

4.1.2.1.3 Resultados Questionário de Aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃO

Grupo 02 de Araquari (Ara02)

Assentamento Justino Dranszevski

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação		X					
2	Agrotóxicos		X					
3	humanização da Produção			X				
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas				X			
8	Águas servidas		X					
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.				X			
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Uso de adubo orgânico das criações, não pretendem usar outra forma de adubação.

2) Agrotóxicos

Trabalham e pretendem sempre trabalhar sem o uso de agrotóxicos. Sr H-10 conta que sofreu intoxicação várias vezes quando trabalhava na agricultura na região de Chapecó. As mulheres enfatizam que a comida cultivada sem agrotóxico é mais saudável.

3) Humanização da Produção

Consideram que a tração animal é a mais usada no assentamento e que a mecanização acontece principalmente nas terras arrendadas.

4) Produção para autoconsumo

Produzem verduras (olericultura) para venda e produzem para consumo milho, arroz, feijão, apim, banana, frutas, porcos, aves, ovos leite e gado de corte.

5) Mono/Policultura

Não gostam da idéia de especializar-se em um produto apenas, preferem seu atual sistema de trabalho.

6) Sementes

Trabalham com sementes compradas e terceirizam a produção de algumas mudas. Não admitiriam o uso de sementes geneticamente modificadas no assentamento.

7) Mananciais de água

Trabalham com ponteiras para conseguir a água, mas reconhecem que a água não é totalmente potável.

8) Águas Servidas

Tem orgulho de dizer que as águas das casas são tratadas na estação de tratamento antes de serem devolvidas a terra. Esta estação ficou pronta há poucos meses e as plantas que fazem a purificação ainda estão crescendo. A estação foi sendo feita aos poucos de acordo com as condições financeiras do assentamento.

9) Preservação de matas

Consideram as matas do assentamento com intocáveis e comentam que, inclusive, fazem reflorestamento com eucalipto nas baixadas do terreno, já desmatadas quando chegaram na terra.

10) Disposição de Permanência na terra

Os casais afirmam fortemente sua disposição de permanecer na terra a qualquer custo. Os adolescentes se sentem divididos, principalmente o rapaz sente vontade de tentar algo diferente, muito embora goste muito da vida no assentamento.

11) Relação com vizinhos

Consideram que as relações com os vizinhos são boas, mas foram “difíceis” no começo do assentamento.

12) Participação Política

Defendem uma forte participação política , principalmente junto ao MST. Fazem questão de dizer que dispensam pessoas do trabalho no assentamento para participar de ações promovidas pelo movimento.

Observações: Conversa bastante animada com pessoas entrando e saindo, só consideramos as pessoas que participaram ativamente da entrevista.

Total de 7 pontos

4.1.3 Visita aos assentamentos Córrego do Segredo 2 e Rio dos Passos

Data 03/11/2003 — Município: Lebon Régis

A visita aos assentamentos se divide em dois fins de semana.

Os dois assentamentos situam-se a aproximadamente de 16 Km do centro do município de Lebon Régis, localizado no meio-oeste catarinense distando 439 km de Florianópolis, esta cerca de 1.100 metros acima do nível do mar, conta com verão ameno e clima úmido, tem uma população de aproximadamente 11.600 habitantes e sua economia é baseada principalmente na agropecuária e apicultura.

Os assentamentos possuem uma malha viária comum feita de terra batida e cascalhada, e não existem marcos muito definidos entre os limites de um assentamento e outro, se passando de um para outro sem qualquer barreira visível.

Nosso contato é o Sr H-13 do assentamento Córrego do Segredo 2. Este assentamento reúne cerca de 26 lotes com uma média de 15 hectares cada lote totalizando, juntando-se também escolas e estradas, mais de 400 hectares.

Na principal entrada do assentamento temos uma escola, e outra menor em seu interior, mas, segundo os assentados estas escolas vem sendo substituídas por outra escola em outro assentamento, por decisão da secretaria de educação do município, gerando a necessidade dos alunos se deslocarem um grande percurso e nas palavras dos assentados, fazendo com que “São Pedro”, entenda -se a chuva, decida que dias os alunos irão as aulas, pelas precárias condições das estradas.

O assentamento Córrego do Segredo 2 foi estabelecido pelo INCRA em 1985 sendo um dos primeiros do estado, ligado diretamente às origens do MST, vários dos assentados vieram do acampamento de Abelardo Luz, deste mesmo ano. Já o assentamento Rio dos Passos foi estabelecido à cerca de 5 anos. Hoje em dia os assentados vivem de sua produção e se inserem na vida econômica de Lebon Régis.

Todos os lotes dos assentamentos são individuais com demarcações claras, em alguns casos cercas de arame e em outros as ruas dos assentamentos.

Sábado de manhã, com tempo chuvoso, nos dirigimos ao assentamento num Fiat Uno um transporte totalmente inadequado para as estradas que enfrentamos. Perguntamos pela casa de seu H-13, inicialmente na escola do início dos assentamentos onde tivemos a

indicação do caminho a seguir, mas não muito longe as estradas já não davam mais condições de tráfego com nosso carro, principalmente devido às chuvas.

Paramos na casa do H-44 que nos permitiu que estacionássemos o carro em sua propriedade e reiniciamos nossa jornada a pé. Fizemos contato por celular com H-13 que veio até nós. Nos encontramos na escola do interior do assentamento onde estávamos nos abrigando da chuva e depois prosseguimos até a casa do Sr Antônio onde fomos recepcionados com muita hospitalidade por todos na casa de seu pai.

Realizamos ali a primeira entrevista com Sr H-13 e seus familiares. O Sr H-13 tem seu Lote visinho com o Lote de seu pai Sr H-23 e seu irmão Sr H-25. Por isso muito do trabalho nos três lotes é realizado em conjunto entre eles com a família funcionando como um mutirão, com arranjos próprios dentro de uma relação interna balizada por valores tradicionais de respeito ao poder patriarcal e lealdade aos laços de sangue.

Depois desta primeira entrevista fomos ao lote do Sr H-45, já no assentamento Rio dos Passos, que congrega cerca de 50 famílias também com lotes com um tamanho médio de 15 hectares. Sr H-45 vive com sua mulher e seus três filhos e veio de outro assentamento em Dionísio Cerqueira. Fizemos a entrevista e conversamos esperando estiar para seguir em frente. Sr H-45 nos mostrou com orgulho as sementes “acabocladadas” que desenvolve em sua propriedade

A seguir retornamos novamente a casa do Sr H-44, onde havíamos deixado nosso carro, conversamos com ele , sua senhora e os dois filhos que ainda permanecem com ele e realizamos nossa terceira entrevista do dia. Sr H-44 já é um homem entrado em anos, com a pele maltratada pelo sol e pela lida, mas de sorriso fácil com muita simpatia. Fizemos nossa entrevista e decidimos retornar outro fim de semana pois as chuvas não permitiam que nos locomovêssemos com agilidade nos assentamentos, findando nossa primeira visita

No segundo dia de vistas fomos levados até a casa de um senhor que pediu para ser chamado por seu apelido e que chamaremos de H-20, ficamos conversando com ele sua esposa, M-20 e mais um assentado, Sr H-21 durante praticamente a manha toda, H-20 é um senhor de cerca de 50 anos originário do Paraná e formou-se técnico agrícola a poucos anos, também foi um dos pioneiros do MST.

Na seqüência desta entrevista procuramos outros assentados, sempre conduzidos por nosso contato, através da malha viária do assentamento, sempre fomos muito bem recebido

principalmente por estarmos acompanhados de H-13, que é pessoa muito ativa na vida do assentamento.

4.1.3.1 Primeiro Grupo de Lebon Régis (CS2-01)

4.1.3.1.1 Composição e Características

Fomos recebidos por Sr. H-13 que veio a ser nosso contato em toda nossa pesquisa no município de Lebon Régis, na casa de seu pai Sr. H-23 junto com sua mãe M-23, sua esposa M-24, seu irmão H-25 e sua cunhada M-25. Todas as pessoas participaram com bastante desenvoltura da entrevista na cozinha da casa.

H-13, seu pai e seu irmão têm lotes contíguos no assentamento, desta forma muito das atividades são realizadas em parceria pelas três famílias. Possuem vários equipamentos agrícolas como trator, colheitadeira, e outros num mesmo galpão pois são usados pelas três famílias.

Também várias culturas são feitas em parceria e outras isoladamente sempre de acordo com arranjos que, em muito, respeitam relações familiares.

4.1.3.1.2 Questionário de identificação

Assentamento: **Córrego do Segredo 2**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo CS2-01

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	X
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual com uma indicação de trabalho em mutirão.

4.1.3.1.3 Questionário de Aplicação

QUESTIONÁRIO BASE DE APLICAÇÃOAssentamento: **Córrego do Segredo 2**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo CS2-01

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação				X			
2	Agrotóxicos						X	
3	humanização da Produção					X		
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas					X		
8	Águas servidas				X			
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Usam adubação química e Orgânica, aplicação de calcário e uso do esterco de vacas e outras criações

2) Agrotóxicos

Usam todo tipo de agrotóxico como inseticidas, fungicidas e herbicidas, inclusive a base de glifosato, muito uso na lavoura de fumo

3) Humanização da Produção

Largo uso de força mecânica na produção em geral, exceto na cultura de fumo, possui um trator com todos os equipamentos necessários ao seu uso.

4) Produção para autoconsumo

Produzem arroz, mandioca, milho, verduras, e cria porcos e galinhas exclusivamente para o próprio consumo. Leite e feijão são consumidos e comercializados.

5) Mono/Policultura

Defendem a policultura como forma de buscar uma maior auto-suficiência alimentar da propriedade.

6) Sementes

Produzem ou reutilizam sementes de arroz e milho,compram sementes de feijão e fumo.

7) Mananciais de água

Usam águas de fonte e de poço com pequenos diques de contenção. Pretendem organizar em conjunto a construção de mais um poço.

8) Águas Servidas

Utilizam fossa séptica em suas propriedades.

9) Preservação de matas

Receberam seus lotes com a condição de que os antigos proprietários da terra terem o direito de retirar a madeira da propriedade, neste processo sobraram apenas às matas de capoeirão que eles vem tentando preservar.

10) Disposição de Permanência na terra

Todo o grupo possui grande disposição em permanecer na terra.

11) Relação com vizinhos

Afirmam que no começo da ocupação sentiram grande preconceito das pessoas da cidade, mas que isto foi diminuindo com o tempo e hoje mantém boas relações com todos. Mantêm constante colaboração com seus vizinhos que são parte da família e trocam dias de trabalho com os outros vizinhos do assentamento. Participam de compra de sementes em adubo em grupo com outros assentados.

12) Participação Política

Defendem, de modo geral, a participação política através do MST, até em sobreposição a política partidária.

Total de 17 pontos.

4.1.3.2 Segundo Grupo de Lebon Régis (CS2-02)

4.1.3.2.1 Composição e características.

Este grupo é formado por um senhor de aparência desgastado pelos anos de sol e lida (H-44), sua esposa (M-44) e seu casal de filhos ainda crianças, que nos receberam em sua casa de madeira em um lote de terra com várias árvores, conversamos longamente mas tivemos pouca participação da esposa e nenhuma dos filhos.

A família é originária do Rio Grande do Sul, sendo filhos de pequenos agricultores, tendo transitado também pelo oeste de Santa.

Na opinião desta família, e neste ponto tivemos a única participação da esposa, a vida no assentamento é uma condição muito melhor que a anterior, com mais controle sobre sua vida.

Quando conversávamos sobre agrotóxicos nos foi contado que a esposa já sofreu com intoxicação, sendo aconselhada por um médico a nunca mais ter contato com estes produtos, mesmo assim, ao perguntarmos se eles haviam realmente seguido este conselho , nos foi respondido que era imprescindível o uso do agrotóxico, junto com a expressão “fazer o quê?”.

O agrotóxico é aplicado, então, pelo pai e pelo filho de cerca de 12 anos e o único cuidado usado na aplicação é o uso de botas, recentemente a família vem guardando as embalagens de agrotóxicos para devolver ao vendedor, mas antes era descartado com o lixo comum.

4.1.3.2.2 Questionário de identificação

Assentamento: **Córrego do Segredo 2**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: CS2-02

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalham nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual.

4.1.3.2.3 *Questionário de aplicação*Assentamento: **Córrego do Segredo 2**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: CS2-02

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação					X		
2	Agrotóxicos						X	
3	humanização da Produção		X					
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas						X	
8	Águas servidas						X	
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Usam adubo químico e calcário em suas plantações

2) Agrotóxicos

Prefeririam não usar agrotóxico, pois sua esposa já sofreu de intoxicação devido a venenos de lavoura, mas usa veneno em sua cultura de feijão (comercial). Este veneno é aplicado pelo Sr H-44 e por seu filho menor de idade, sendo que o único equipamento de proteção que usam durante a aplicação são suas botas. Atualmente estão guardando os vasilhames dos produtos, junto a sua casa, para devolvê-los ao vendedor.

3) Humanização da Produção

Usam somente força humana em sua propriedade, não possuindo trator.

4) Produção para autoconsumo

Produzem para seu consumo a mandioca, verdura, leite, galinha, porco e pato. Consome e comercializa feijão e milho.

5) Mono/Policultura

Defendem a policultura pela tradição que acompanha sua família.

6) Sementes

Compram uma parte das sementes que usa e outra retira da sua produção.

7) Mananciais de água

Usam água de poço em sua casa e não tem sistema de contenção.

8) Águas Servidas

Não possuem fossa séptica ou outro sistema.

9) Preservação de matas

Plantam eucalipto e recebeu sua terra desprovida de matas naturais, o pouco capoeirão que havia Sr H-44 esta preservando da melhor forma possível.

10) Disposição de Permanência na terra

Total disposição de permanecer na terra, não quer “mas nem falar” em sair de suas terras.

11) Relação com vizinhos

Estão na terra há 16 anos , no começo, sentiu preconceito das pessoas de Lebon Régis, mas que hoje considera isto superado. Ainda sente-se mais vítima de preconceito quando vai a Curitiba. Costuma “trocar dias” de trabalho com seus vizinhos do assentamento e compra sozinho seus insumos em Lebon Régis.

12) Participação Política

Procura participar da vida política do MST.

Total de 18 (dezoito) pontos

4.1.3.3 Terceiro Grupo de Lebon Régis (RPS-01)

4.1.3.3.1 Composição e características

Este grupo é formado por um senhor de cerca de 36 anos (H-45) e sua esposa, conversamos por algum tempo e já ficamos sabendo que plantam principalmente fumo, feijão e milho para comercialização, além de outros produtos para autoconsumo.

O agricultor é bastante ativo politicamente, principalmente junto ao MST e nos conta “causos” de entreveros com as “autoridades” durante ocupações e outras lutas. Também tem muito orgulho de sua plantação e pretende deixar de usar agrotóxicos, mesmo que isto signifique deixar de plantar fumo, que gera a maior parte da renda de sua propriedade.

4.1.3.3.2 Questionário de Identificação

Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: RPS-01

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	X
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual com uma indicação de trabalho em mutirão.

4.1.3.3.3 Questionário de Aplicação

Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 03/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: RPS-01

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação				X			
2	Agrotóxicos						X	
3	humanização da Produção		X					
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais			X				
7	Mananciais Águas					X		
8	Águas servidas						X	
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Usa adubação natural (biofertilizante) preparado a partir do esterco das próprias criações. Usa Adubo químico no fumo mas pretende deixar de plantar fumo para poder parar de usar adubos químicos e agrotóxicos.

2) Agrotóxicos

Usa secante e herbicida, mas pretende deixar de usar assim que parar de plantar fumo.

3) Humanização da Produção

Utiliza somente força humana e tração animal, mas pretende comprar um trator.

4) Produção para autoconsumo

Produz para autoconsumo o milho, feijão, verduras, leite, porcos e galinha.

5) Mono/Policultura

Pretende sempre se manter na policultura.

6) Sementes

Procura sempre usar sementes próprias, inclusive fazendo “experiências” com sementes de milho. Algumas vezes compra sementes para evitar as doenças na plantação. No fumo usa apenas sementes compradas.

7) Mananciais de água

Possui um dique mas tem problemas para obtenção de água para consumo humano.

8) Águas Servidas

Não possui fossa séptica.

9) Preservação de matas

Procura preservar a mata, mas já recebeu a terra “limpa” tendo somente capoeirão.

10) Disposição de Permanência na terra

Tem disposição de permanecer na terra pois já teve um emprego na cidade e não se adaptou .

11) Relação com vizinhos

Comenta que o pessoal da cidade já superou o preconceito contra os sem terra e por isto sente-se à vontade com sua vizinhança. Costuma “trocar dias” de trabalho com seus vizinhos do assentamento e compra sozinho seus insumos.

12) Participação Política

Participa ativamente do movimento dos sem terra.

Total de 15 pontos

4.1.3.4 Quarto Grupo de Lebon Régis (RPS-03)

4.1.3.4.1 Composição e Características

O Assentado que chamaremos de H-33 mora com sua esposa (M-30) e três filhos no assentamento desde a sua ocupação e legalização. Conta que antes de se estabelecer como assentado participou e foi despejado pela justiça de outras 7(sete) ocupações, algumas vezes, inclusive, com violência.

Somos recebidos em sua casa por ele e sua esposa com uma boa cuia de chimarrão e nos relata que produzem milho, feijão, batata-doce, fumo, leite, porcos, patos, e galinhas.

Conta com orgulho sua história de luta no movimento dos sem terra, de como conquistou sua terra depois de muitos anos de acampamento e de sofrimento que passou.

Antes de se engajar na luta pela terra foi meeiro, condição que ‘não gosta nem de lembrar’, pela sujeição a qual ficou submetido.

A propriedade fica no início do assentamento com várias áreas de árvores, comenta inclusive que teve de discutir muito com os funcionários que vieram instalar energia elétrica em sua propriedade, pois os mesmos queriam cortar uma árvore para instalar um poste, o que não foi aceito por ele.

Na entrevista a esposa pouco falou, por mais que a quiséssemos incentivar, desta forma as respostas deste grupo refletem a opinião do chefe da família apenas.

4.1.3.4.2 Questionário de identificação

Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 23/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: RPS-03

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalham nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de propriedade individual

4.1.3.4.3 *Questionário de aplicação*Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 23/11/2003 — Município: Lebon Régis

Grupo: RPS-03

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação				X			
2	Agrotóxicos						X	
3	humanização da Produção		X					
4	Produção para autoconsumo		X					
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais					X		
7	Mananciais Águas						X	
8	Águas servidas					X		
9	Preservação de matas		X					
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.			X				
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Usa adubos químicos e provenientes da criação.

2) Agrotóxicos

Usa secante, herbicidas, fungicidas e inseticidas em todas as culturas mas principalmente na cultura de fumo

3) Humanização da Produção

Conta apenas com força humana e tração animal

4) Produção para autoconsumo

Produz vários produtos apenas para seu autoconsumo, como aipim, batata-doce, verduras, frutas, milho e as criações de abate e para produção de ovos.

5) Mono/Policultura

Defende o uso da policultura tal como aprendeu com seu pai

6) Sementes

Compra a maioria das sementes que usa em sua produção.

7) Mananciais de água

Obtém água de nascente e que forma um córrego (sanga, na linguagem dos assentados).

8) Águas Servidas

Possui fossa séptica em sua casa.

9) Preservação de matas

Possui em sua propriedade ainda cerca de 1 hectare de mata nativa, poupada do corte pelos antigos proprietários, que pretende preservar. O capoeirão que existe no restante da propriedade também quer preservar, mesmo as árvores que estão no meio das plantações.

10) Disposição de Permanência na terra

Tem disposição de permanecer em sua terra. Segundo suas palavras. “Não existe dinheiro que pague o que sofreu pela minha terra. A terra é a nossa vida.”

11) Relação com vizinhos

Tem boas relações com seus vizinhos, troca dias e participa de mutirões formados naturalmente com a vizinhança.

12) Participação Política

Defende a participação política tanto partidária como junto ao MST, faz parte do conselho de ética do MST local.

Total de 16 (dezesseis) pontos.

4.1.3.5 Quinto grupo de Lebon Régis

4.1.3.5.1 Composição e características

Nossa última entrevista foi realizada com uma senhora (M-35) que vive no assentamento com um casal de filhos (h-10 e m-10) ela com 21 anos e ele 16.

Ela se considera uma assentada na medida em que participa do MST - Movimento dos Sem terra e tem sua propriedade localizada no assentamento Rio dos Passos, no Município de Lebon Régis, estando sujeita as mesmas condições que todos os outros assentados.

Mas seu acesso à terra foi diferente da maioria das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa, pois a assentada e seu ex-marido não conseguiram sua terra através de um processo de assentamento regular, antecipado por ocupação ou por outros processos mediados pelo Estado. M-35 comprou os direitos sobre seu lote de um assentado a 11(onze) anos, ou melhor, trocou-os por uma casa de sua propriedade na área urbana de sua cidade natal, no Paraná.

Como nossa pesquisa não procura estudar as formas ou legitimidade de acesso a terra e sim as práticas e graus de conscientização de assentados rurais, e como a propriedade enquadra-se nos critérios estabelecidos por nossa pesquisa no capítulo 02 (dois) para definir o que é um assentamento rural, na medida em que a posse da terra se deu numa redefinição do espaço fundiário por força de atos do estado visando fazer a reforma agrária e hoje a família que trabalha na terra também dela tira seu sustento, consideraremos a entrevista e seus resultados válidos para a pesquisa, mesmo que o acesso a terra tenha se dado por meios diversos dos comumente encontrados.

Filha de agricultores, ainda muito criança M-35 foi levada, com seus pais, a viver na cidade onde foi criada, casou e constituiu sua família. Já casada e com um filho de 5 anos e uma filha de 9 decidiu ir morar no campo, retirando seu sustento das atividades agrícolas. Tomou tal decisão motivada, segundo ela, por questões de saúde, a agitação da vida da cidade não lhe era fácil de suportar, e hoje acredita no acerto de sua decisão.

Os encontramos já no início da noite cozinhando pães em um forno num depósito de materiais junto a sua casa.

Produzem produz milho, feijão, leite e fumo para comercializar e também está montando com ajuda de um irmão, que a esta financiando, um parreiral de uvas da variedade

cabernet próprias pra fabricação de vinho, cultiva ainda para subsistência arroz, mandioca, amendoim, morango, verduras e frutas.

Seu filho estuda na cidade e se considera feliz no assentamento, sempre ajudando nas tarefas da propriedade, já sua filha, que estava viajando no dia de nossa entrevista, não se adapta bem a vida rural que considera “muito parada”, sua filha já terminou o ensino médio e não continuou seu estudo, pois a família, “não teria perna”, ou seja, condições financeiras para mantê-la numa universidade.

As participações de seu filho foram poucas. Nosso contato que nos acompanhava conversou bastante com a assentada, principalmente sobre assuntos ligados ao MST e tivemos que ter o cuidado de, na anotação dos dados, separar as interferências de nosso contato que já fora entrevistado anteriormente das respostas dos entrevistados.

4.1.3.5.2 *Questionário de identificação***QUESTIONÁRIO BASE DE IDENTIFICAÇÃO**Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 11/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: RPS-05

Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento, sua terra e suas práticas.

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém?	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento.	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família.	X
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras.	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos.	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade.	X
São propriedade de todos no assentamento.	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura.	X
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós.	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso.	X
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos.	

Total de 5 (cinco) indicações de trabalho individual.

4.1.3.5.3 *Questionário de aplicação*Assentamento: **Rio dos Patos**

Data: 11/11/2003 — Município: Lebon Régis — Grupo: RPS-05

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação						X	
2	Agrotóxicos						X	
3	humanização da Produção					X		
4	Produção para autoconsumo			X				
5	Policultura		X					
6	Sementes Naturais				X			
7	Mananciais Águas						X	
8	Águas servidas				X			
9	Preservação de matas					X		
10	Disposição manter-se na terra		X					
11	Relações com vizinhos.				X			
12	Participação Política.		X					

1) Uso Adubação

Usam somente adubação química, não fazendo uso de adubação verde.

2) Agrotóxicos

Costumam usar Fungicidas, herbicidas e inseticidas, inclusive a base de glifosato em todas as culturas de sua propriedade.

3) Humanização da Produção

Usam trator na maior parte da produção e força animal para a produção de fumo.

4) Produção para autoconsumo

Consumem vários produtos de sua própria terra, buscando o mínimo de produtos no mercado.

5) Mono/Policultura

A propriedade tem uma grande variedade de produtos, alguns pouco explorados por outros agricultores do assentamento, como o amendoim.

6) Sementes

Estabelece uma forma de trabalho onde compra as sementes do que produz para venda e produz as sementes do que cultiva para autoconsumo

7) Mananciais de água

Consegue água de um poço e não possui qualquer outra forma de preservação

8) Águas Servidas

Possuem uma fossa séptica para a água que sai do vaso sanitário e o restante das águas da casa e da produção são despejadas na terra.

9) Preservação de matas

Pensa em derrubar ainda uma parte de matas em sua propriedade deixando apenas onde não é possível cultivar.

10) Disposição de Permanência na terra

Não quer vender sua terra, sendo que já recebeu ofertas de várias formas.

11) Relação com vizinhos

Tem boas relações com os vizinhos, mas não costuma trocar das ou participar de mutirões, emprega mão de obra contratada em suas terras

12) Participação Política

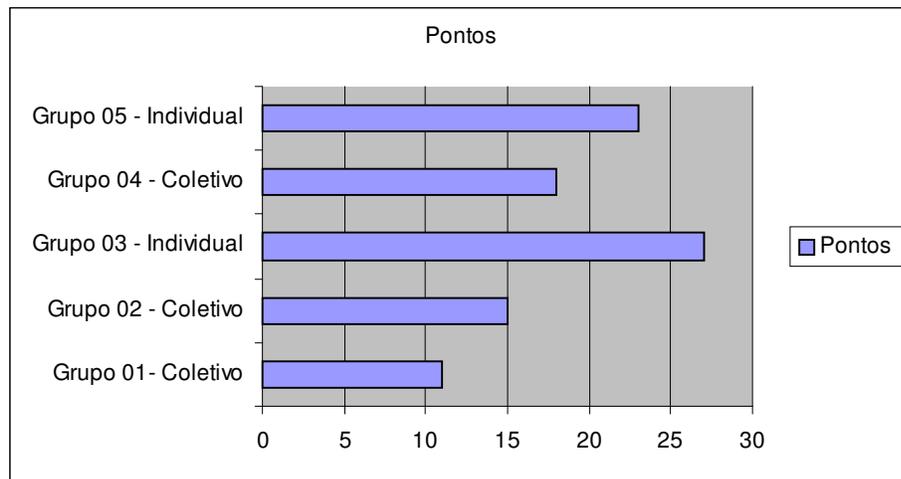
Procura participar de várias formas da vida política do assentamento.

Total de 25 (vinte e Cinco) pontos.

4.2 GRÁFICOS EXPLICATIVOS POR ASSENTAMENTO

4.2.1 Gráficos explicativos assentamento 'Conquista no Litoral'

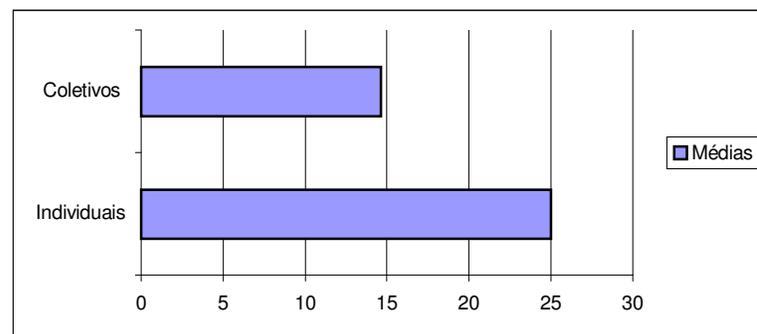
Gráfico 2 — Pontuação por grupos / Garuva



Fonte: Dado da Pesquisa.

No gráfico 2 podemos ver como todos os assentados individuais possuem um valor muito mais próximo ao agricultor explorador que todos os assentados coletivizados.

Gráfico 3 — Comparativo das pontuações médias / Garuva



Fonte: Dados da Pesquisa

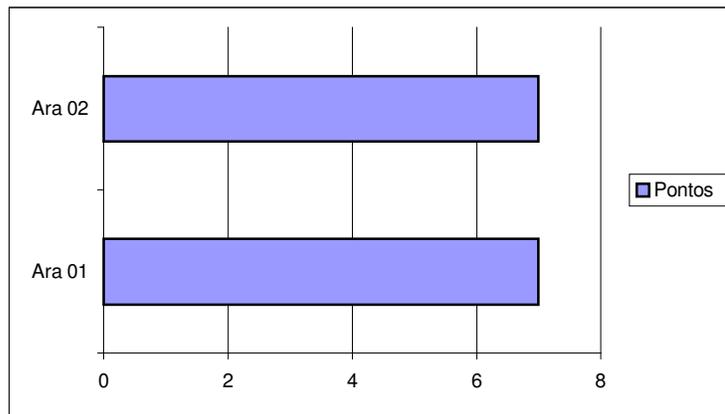
Já no gráfico 3, agrupamos os grupos por sua definição como individuais ou coletivos e percebemos a diferença da média entre os dois grupos.

Tais considerações tomam importância pois ocorrem dentro de um mesmo assentamento com os assentados submetidos às mesmas condições.

4.2.2 Assentamento Justino Dranszewski

Os dois grupos de Araquari têm uma posição praticamente idêntica, principalmente pela forma de trabalho sempre coletivo, fator potencializado pelo pequeno tamanho do assentamento.

Gráfico 4 — Pontuação por grupos /Araquari

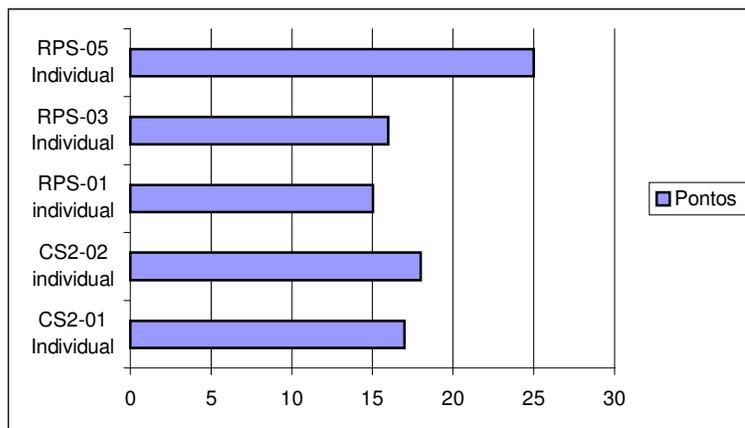


Fonte: Dados da Pesquisa

Desta forma, com os dois grupos atuando na forma coletiva não existe base comparativa entre os grupos.

4.2.3 Gráficos explicativos Assentamentos Córrego do Segredo 2 e Rio dos Patos

Os grupos dos assentamentos Córrego do Segredo 2 e Rio dos passos são todos na forma individual, mas existe uma variação maior em seus dados, como podemos ver a seguir.

Gráfico 5 — Pontuação por grupos /Lebon Regis

Fonte: Dados da Pesquisa

Aqui não podemos fazer comparações entre formas de posse da terra pois todos os grupos adotam a forma individual de trabalho.

4.3 COMPARAÇÃO ENTRE TODOS OS GRUPOS POR TABELAS DE AGREGAÇÃO DE DADOS

Para melhor analisarmos os dados de todos os assentamentos, trabalhar-se-á inicialmente com tabelas separadas. Uma delas reúne todos os resultados dos grupos que trabalham individualmente, enquanto outro agrega os resultados dos grupos que trabalham individualmente.

Estas tabelas são mero repasse das informações colhidas anteriormente mas nos permitirão comparar os resultados com maior cuidado e, eventualmente fazer simulações como expurgo de algum item da tabela base.

4.3.1 Grupos coletivos

Tabela 1 — Respostas dos grupos coletivos

		Gar 01	Gar 02	Gar 04	Ara 01	Ara 02
1	Adubação	1	1	1	0	0
2	Agrotóxicos	1	1	1	0	0
3	Humanização	1	1	2	1	1
4	Autoconsumo	1	1	1	0	0
5	Policultura	0	1	1	0	0
6	Sementes naturais	3	1	0	2	2
7	Mananciais de água	1	3	2	2	2
8	Águas servidas	3	3	3	0	0
9	Matas	1	1	0	0	0
10	Disposição manter-se na terra.	0	0	3	0	0
11	Vizinhos	0	1	1	2	2
12	Participação política	0	1	3	0	0
	Soma	12	15	18	7	7
	Média			11,8		
	Maior valor de grupo			18		
	Menor valor de grupo			7		

Fonte: Dados da Pesquisa

Na tabela 1, percebemos que os valores do grupo coletivo oscilam de um mínimo de 7 (sete) até um máximo de 18 (dezoito) pontos, com média de 11,8 (onze e oito décimos) pontos.

4.3.1 Grupos individuais

Tabela 2 — Respostas dos grupos individuais

		Gar-03	Gar-05	CS2-01	CS2-02	RPS-01	RPS-03	RPS-05
1	Adubação	0	3	2	3	2	2	4
2	Agrotóxicos	2	2	4	4	4	4	4
3	Humanização	1	0	3	0	0	0	3
4	Autoconsumo	3	2	0	0	0	0	1
5	Policultura	4	4	0	0	0	0	0
6	Sementes naturais	3	1	2	2	1	3	2
7	Mananciais de água	2	3	3	4	3	4	4
8	Águas servidas	3	3	2	4	4	2	2
9	Matas	0	0	0	0	0	0	3
10	Disposição manter-se na terra.	3	0	0	0	0	0	0
11	Vizinhos	3	1	1	1	1	1	2

		Gar-03	Gar-05	CS2-01	CS2-02	RPS-01	RPS-03	RPS-05
12	Participação política	3	4	0	0	0	0	0
	Soma	27	23	17	18	15	16	25
	Média			20,14				
	Maior valor de grupo			27				
	Menor valor de grupo			15				

Fonte: Dados da Pesquisa.

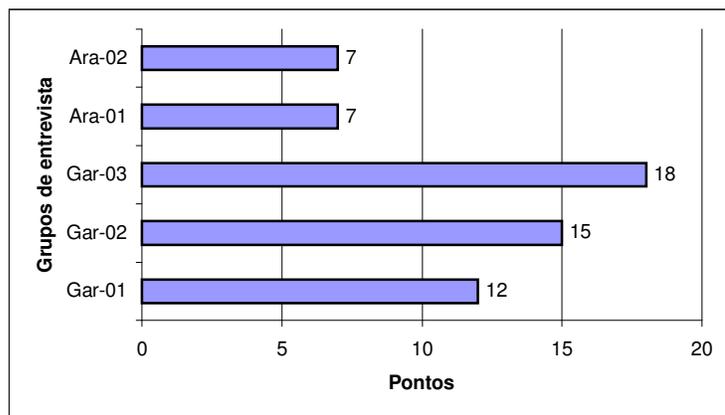
Já a tabela dos grupos individuais (tabela 02) possui valores que oscilam de 15 (quinze) pontos até 27 (vinte e sete) pontos com valor médio de 20,14 (vinte pontos e quatorze centésimos)

Desta forma as tabelas acima podem nos gerar gráficos que nos dão uma melhor visão das diferenças entre os grupos que adotam o trabalho individual e os grupos que adotam o trabalho coletivizado.

4.4 GRÁFICOS EXPLICATIVOS

4.4.1 Gráficos dos dados agregados dos grupos coletivos

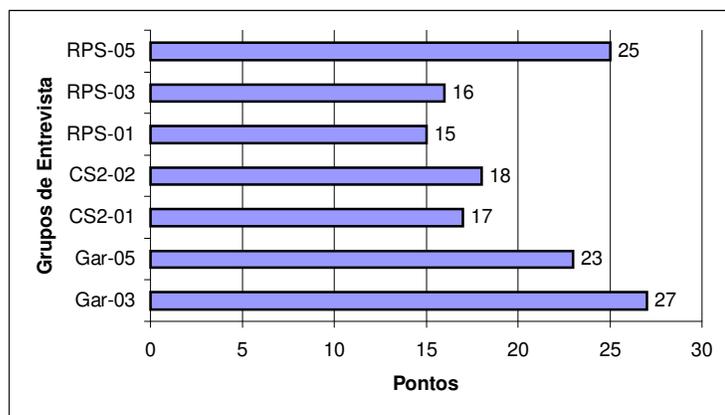
Gráfico 6 — Pontuação dos grupos coletivos



Fonte: Dados da Pesquisa.

Podemos ver no gráfico 6 a oscilação de valores nos grupos coletivizados.

Gráfico 7 — Pontuação dos grupos individuais

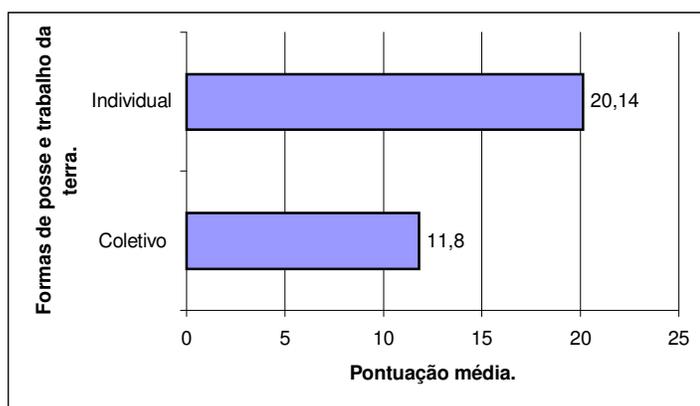


Fonte: Dados da Pesquisa.

Já no gráfico 7, vemos a oscilação dos valores nos grupos individualizados.

Somente no gráfico 8, teremos a comparação das médias dos grupos individuais e os grupos coletivos, e percebemos que os grupos de assentados que trabalham na forma coletivizada se encontram muito mais próximos ao nosso tipo ideal “agricultor-colonizador” que os grupos de assentados que trabalham sob a forma individual.

Gráfico 8 — Comparação entre médias de pontuação dos grupos coletivos e individuais



Fonte: Dados da Pesquisa.

Já na tabela 3, faremos a comparação da média isolada de cada item de nossa pesquisa.

Tabela 3 — Comparação de médias isoladas

		Médias Forma Individual	Médias Forma Coletiva
1	Adubação	2,29	0,60
2	Agrotóxicos	3,42	0,60
3	Humanização	1,00	1,20
4	Autoconsumo	0,85	0,60
5	Policultura	1,14	0,40
6	Sementes naturais	2,00	1,60
7	Mananciais de água	3,28	2,00
8	Águas servidas	2,85	1,80
9	Matas	0,42	0,40
10	Disposição manter-se na terra.	0,42	0,60
11	Vizinhos	1,42	1,20
12	Participação política	1,00	0,80

Fonte: Dados da Pesquisa.

A comparação das médias isoladas dos itens pesquisados mostra que em apenas 2 (dois) itens a forma coletiva de trabalho aproxima-se mais do “agricultor-explorador” quando comparada à forma individual de trabalho.

Um destes itens é a humanização da produção com média de 1,20 (um e dois décimos) ponto para a forma coletiva e 1,0 (um) para a forma individualizada.

Neste caso a diferença pode ser atribuída a maior capacidade de mobilização de capital para compra, e posterior uso, de equipamentos que a forma coletiva de trabalho traz embutida.

O segundo item é à disposição do homem do campo de manter-se na terra conquistada, com valores médios de 0,42 (quarenta e dois centésimos) para grupos individuais e 0,60 (sessenta centésimos) de pontos para grupos coletivos.

Isto pode ser explicado pelas dificuldades de adaptação cultural para o trabalho no coletivo. Dificuldades estas que podem ser causadas por diversos fatores, como questões étnicas ou organizacionais conforme nos relata Zimmermann (1994, p.219):

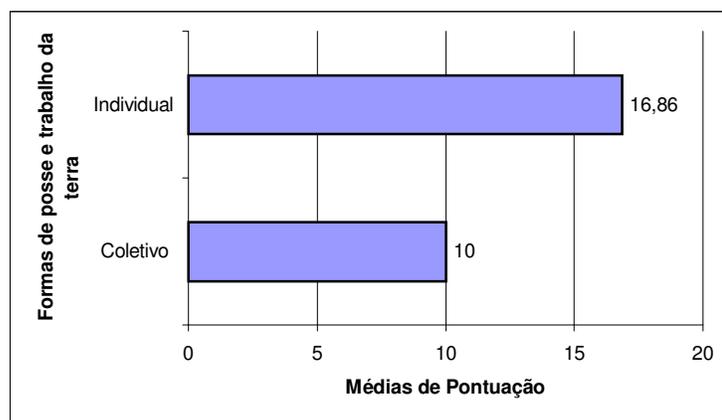
No projeto de reconstrução do “ser colono”, a expectativa de autonomia e auto-suficiência se depara com as normas do grupo e a divisão do trabalho. Vêm a impossibilidade de condução e acesso a todo o processo produtivo e, em face das tarefas específicas assumidas, percebem a falta de oportunidade para realizar outras importantes à reprodução da família.

Da mesma forma alguns itens que tiveram uma diferença muito significativa em direção ao “agricultor-colonizador” por parte dos grupos de trabalho individual podem ser explicado pelas diferenças entre as formas de trabalho.

O uso de adubação e agrotóxicos, que é um dos itens que maior diferença entre as formas de trabalho, por exemplo, pode ser explicado pela dificuldade de operacionalização de formas alternativas de trabalho, por parte de indivíduos isolados em comparação as técnicas da chamada revolução verde, que visam um máximo de produção com o mínimo de trabalho, sem preocupação com seus efeitos sobre a natureza.

Também estamos cientes que dentro de nossa pesquisa vários outros variáveis influenciam o assentado em suas práticas, principalmente as condições do lote ocupado pelos assentados, nos chama a atenção o fato de sendo os assentamentos pesquisados localizados em regiões distintas do estado de Santa Catarina o acesso à água também se dá sob condições bastante diversas, desta forma fizemos uma simulação excluindo o item “Mananciais de água”.

Gráfico 9 — Comparação entre as médias de pontuação dos grupos coletivos e individuais excluindo-se o item “mananciais de água”



Fonte: Dados da Pesquisa.

Lembrando que, devido à exclusão de um item da pesquisa, a pontuação máxima passa a ser de 44 (quarenta e quatro) pontos, ainda assim verificamos que se mantêm a tendência verificada anteriormente, dos assentados individuais aproximarem-se mais do Tipo Ideal “agricultor-explorador” e dos grupos coletivos aproximarem-se mais do conceito de “agricultor-colonizador”.

A forma de trabalho coletiva potencializa o trabalho na propriedade ou, colocando de outra forma, o trabalho individual, por ser mais solitário, dificulta a realização de múltiplas tarefas.

Este fato explica outras diferenças entre algumas das médias isoladas, como a policultura (1,14 - 0,40) de pontos, o autoconsumo (0,85 - 0,60) de pontos e o uso ou não de sementes comerciais (2,00 - 1,60) de pontos, pois manter várias culturas, muitas delas para autoconsumo, ou ainda manter uma sementeira, exige diversos insumos diferentes além de deslocamento, equipamentos, conhecimentos e técnicas de trabalho variados, que pode inviabilizar tal empreitada ao agricultor isolado.

Já no grupo coletivo o trabalho do grupo potencializa o tempo de trabalho, de deslocamento e permite uma divisão e especialização do trabalho dos assentados além da produção maior de cada item refletir em ganhos de escala sobre a produção do agricultor individual.

A maior capacidade de mobilização de capital e trabalho do grupo coletivo também explica o maior cuidado do grupo coletivo com as águas servidas (2,85 - 1,80) de pontos, que exigem investimentos difíceis de serem realizados pelo agricultor individual.

No item “Preservação de matas” tivemos valores muito próximos (0,42 - 0,40) com ligeira variação dos assentados coletivizados em direção ao grupo coletivo. Tanto este item como o item “Relação com vizinhos” (1,42 - 1,20) de pontos, que também sofreu pequena variação, parecem ser mais orientados por questões tradicionais ou afetivas advindos de suas histórias de vida, do que por uma racionalidade decorrentes das diferentes realidades condicionadas pelas formas de posse e trabalho da terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE

Conforme já informamos anteriormente, no nosso trabalho utilizamos uma metodologia quantitativa para refinar nosso olhar sobre a realidade assentamentos rurais.

Mas não nos propomos a explicar a realidade apenas através dos números, não consideramos os números auto-explicativos, pelo contrário, os números levantados por nossa pesquisa somente ganham significado quando analisados a partir de um corpo teórico que os explique.

Como nossa pesquisa analisa o meio rural, mais especificamente assentamentos rurais, em relação a questões ecológicas, nosso instrumento de análise precisa unir estes dois aspectos da pesquisa

Para desenvolver este corpo teórico, utilizamos e adaptamos teorias ou princípios que foram originalmente construídas para interpretar o modo de produção camponês, desta forma utilizaremos:

- ♣ Balanço trabalho *versus* Consumo;
- ♣ Princípio de aversão à penosidade;
- ♣ Princípio de aversão ao risco.

Estes princípios têm sua origem nos escritos de Chayanov e Tepicht e em reinterpretações mais recentes da questão camponesa como de Lipton, Mellor, Sem e Nakagima (Abramovay, 1992).

Chayanov escreve sobre a Rússia dos anos 20 do século XX, já as reinterpretações ocorrem principalmente nos anos 60. Se para os autores da década de 60 o problema ecológico ainda era algo novo e pouco explorado em seus escritos, para Chayanov as questões ecológicas estão fora do alcance de sua visão, para a sociedade de sua época e lugar, a questão ecológica não constituía um problema a ser estudado pelas ciências humanas e nem mesmo um fator importante em seus estudos.

Desta forma, para os objetivos de nosso trabalho iremos inicialmente reconstruir tais princípios para incluir-lhes a problemática ecológica.

5.1.1 Balanço trabalho *versus* consumo e Princípio de aversão a penosidade

Balanço trabalho *versus* consumo e princípio de aversão ao risco são teorias bastante próximas.

O balanço trabalho *versus* consumo mostra que o trabalho que o camponês está disposto a realizar possui relação com a satisfação das necessidades de sua família, ou como nos explica Abramovay,

A lei básica da existência camponesa pode ser resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo”. Diferentemente de uma empresa capitalista, num estabelecimento camponês o critério de maximização da utilidade não é a obtenção da maior lucratividade possível em determinadas condições. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo de satisfazer as necessidades familiares. E esta não se confunde forçosamente com as necessidades de uma empresa. O trabalho será tanto mais valorizado quanto mais distante se estiver deste objetivo. Inversamente, uma vez o consumo familiar assegurado, será atribuído um valor cada vez menor a cada unidade adicional de trabalho (ABRAMOVAY, 1992, p. 60) [grifos do original].

Aqui achamos conveniente explicar que, mesmo nos assentamento coletivizados a “família” é a unidade referência para os atos dos assentados, muito mais que ao próprio assentamento ou o indivíduo. O assentado somente se inclui no assentamento na perspectiva de satisfazer as necessidades de sua família.

Já o Princípio da aversão a penosidade também coloca-se em termos de relações inversamente proporcionais entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades da família, ou como Abramovay nos explica:

Enquanto as necessidades básicas da família não forem atingidas, haverá uma disposição a um grande sacrifício em trabalho – embora com retorno econômico muito baixo. Uma vez alcançadas estas necessidades elementares, a estimativa feita em torno da utilidade de bens adicionais cai e aumenta a aversão a penosidade do trabalho (ABRAMOVAY, 1992, p. 91).

Se entendermos a qualidade de vida proporcionada por uma forma de trabalho ecológica e pelo equilíbrio da natureza como um “bem adicional”, temos que aceitar que sua demanda será tanto menor quanto maior for a penosidade para que seja alcançado e vice-versa, isto, é claro levando em conta o valor subjetivo que estes fatores tem para os assentados.

Em outras palavras, quanto maior for a penosidade do trabalho no assentamento para se alcançar um equilíbrio ecológico ou uma forma de trabalho menos agressiva ao meio

ambiente menor é a disposição do assentado em realizar o trabalho necessário para alcançar tal “bem adicional”

5.1.2 Princípio de aversão ao risco

Idéia desenvolvida por Michael Lipton, mostra a preocupação do camponês em garantir a subsistência de sua família antes de qualquer outra coisa. Abramovay considera que Lipton “[...] vê no agricultor tradicional um maximizador: não de lucros, mas de oportunidades de sobrevivência”. Isso porque,

[...] a privação dos agricultores é de tal magnitude que eles não podem nunca se permitir obter uma quantidade de produtos abaixo do necessário a sua sobrevivência. Neste sentido, é claro que eles não optam por maximizar seus lucros em situações em que ganhos adicionais seriam eventualmente possíveis, se houver em torno destes ganhos adicionais o risco de perdas que impliquem a redução do produto aquém da subsistência (ABARAMOVAY, 1992, p. 87).

Sendo assim, os usos ecológicos no assentamento somente poderão ser implementados se não implicarem em risco de diminuir os índices de produção abaixo do necessário para a sobrevivência da família do agricultor.

A preocupação inicial de qualquer assentado é a sobrevivência de sua família, a preocupação ecológica, e qualquer outra preocupação só terá lugar depois desta condição satisfeita e desde que esta condição não seja ameaçada.

Desta forma o “ganho adicional” equilíbrio ecológico somente será perseguido pelos assentados se isto não implicar em riscos de diminuir a produção do assentamento a um nível que não garanta a sobrevivência da família.

5.1.3 Síntese

Por fim temos uma série de princípios com os quais analisar os dados levantados em nossa pesquisa.

Como primeiro princípio temos que:

- ♣ uma vez que a produção do assentamento satisfaça as necessidades da família, criam-se as condições para que as preocupações ecológicas sejam inseridas no projeto do assentamento, até como forma de manter a sustentabilidade do assentamento pelo maior tempo possível.

Desta forma, enquanto as necessidades da família não forem atendidas não haverá condições para se realizarem sacrifícios em busca de um equilíbrio ecológico do lote ou em relação ao meio ambiente em geral.

Ainda dentro do princípio de aversão ao risco podemos determinar que:

- ♣ as decisões por usos ou valores ecológicos no assentamento somente são possíveis na medida em que não coloquem em risco a produção do assentamento em níveis que garantam a sobrevivência da família do assentado.

Já partindo dos princípios de aversão a penosidade e balanço trabalho x consumo podemos afirmar que:

- ♣ A disposição em realizar um trabalho em busca de equilíbrio ecológico ou uma forma de trabalho menos agressiva ao meio ambiente é inversamente proporcional a penosidade deste trabalho, levando-se em conta o valor subjetivo, para o assentado, do equilíbrio ecológico.

Logo, cada “unidade de trabalho” adicional necessária ao uso de valores ecológicos na produção do assentamento diminui a disposição na adoção dos usos e valores ecológicos na produção.

Desta forma o assentado tem tanto mais disposição para adotar formas ecológicas de produção quanto menos penoso for o trabalho a ser adotado, mas a disposição em adotar formas ecológicas de produção também será tanto maior quanto for o valor que o agricultor atribuir ao equilíbrio ecológico do assentamento e do meio ambiente em geral.

O valor que cada assentado atribui ao equilíbrio ecológico é variável, subjetivo e pessoal, derivando da história de vida e do meio social de cada um.

5.2 ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DOS PRINCÍPIOS DESENVOLVIDOS

5.2.1 Aspecto produtivo

- ♣ Tipo adubação;
- ♣ Uso Agrotóxico;
- ♣ Mecanização/humanização da produção;

- ♣ Tipos de sementes utilizadas;
- ♣ Policultura ou monocultura.

No aspecto produtivo temos fortes diferenças entre a forma individual de produção e a forma coletiva de produção, a forma individual atingiu, para este grupo, uma pontuação média de 1,97 pontos enquanto a média do grupo para a forma de trabalho coletivo foi de 0,88 pontos, mostrando que a forma coletiva, em se tratando de aspectos produtivos e no caso dos assentamentos pesquisados, se aproxima mais do tipo-ideal agricultor camponês que a forma de trabalho individual.

Nas questões forma de adubação e uso de agrotóxicos, a decisão pelo uso de formas de trabalho menos agressivas ao meio ambiente segue o princípio de que, as decisões por usos ambientalmente mais sustentáveis, não têm condições de serem implementadas se colocar em risco os níveis de produção que garantem a sobrevivência da família.

Os agricultores de uma forma geral, tanto do trabalho individual como do trabalho coletivo, vêm na adubação química e no uso de agrotóxicos (herbicidas, fungicidas e inseticidas) um perigo a saúde de sua família, a saúde das pessoas em geral e, no longo prazo, ao equilíbrio e fertilidade da terra.

Mas mesmo tendo percepções semelhantes, assentados individuais e coletivos desenvolvem práticas diferenciadas pois vivenciam realidades diferenciadas.

Pois em assentamentos coletivos é menos penoso o desenvolvimento de várias atividades produtivas diferentes, tanto que a diferença do item Policultura-Monocultura tem uma forte diferença (1,14 – 0,40) em direção ao agricultor camponês para os assentados coletivos.

É mais fácil aos assentados coletivos desenvolverem várias atividades no assentamento pela divisão do trabalho, e especialização, entre as várias famílias que compõem o grupo coletivo. Também existe o ganho de escala pela maior produção do assentamento coletivo.

Para o assentado individual desenvolver várias atividades é mais extenuante, pois implica em deslocamentos, conhecimentos técnicos e preparos diversos que podem ser melhor suportados pelo grupo coletivo devido a divisão do trabalho.

Para o grupo coletivo desenvolver uma atividade produtiva adicional no assentamento implica em uma reorganização do trabalho coletivo, como redistribuição de postos de trabalho, que aumenta a penosidade do trabalho, mas não tanto quanto acontece com o trabalhador individual.

Para o trabalhador individual se uma nova atividade produtiva consumir uma hora de trabalho por dia, entre deslocamento, preparação e atividade, isto vai incluir uma hora na sua jornada de trabalho diária, aumentando a penosidade de seu trabalho mais que no caso do trabalho coletivo.

Desta forma podendo realizar com menor penosidade uma gama de atividades produtivas e obtendo uma produção maior em cada item, o agricultor coletivizado pode realizar experimentos de usos ecológicos em seu assentamento sem colocar em risco os níveis de produção que garantem a sobrevivência do assentamento e de sua família, o que seria muito mais penoso para o assentado individual realizar.

Numa situação hipotética, o assentamento coletivizado que produz para comercialização feijão, milho, banana e melancia, por exemplo, pode tentar produzir melancias sem agrotóxicos. O fracasso na produção de melancias sem agrotóxicos não inviabilizaria a vida das famílias, que estaria assegurado pelas outras culturas do assentamento.

Desta forma o assentamento coletivizado pode perseguir o bem adicional “melancias sem agrotóxicos” que tem maior valor de mercado e são mais saudáveis para o autoconsumo sem tanto risco se comparado ao agricultor individual, que dificilmente alcançaria a variação produtiva do grupo coletivo e, se alcançar, será ao custo de um forte aumento na penosidade de seu trabalho.

Tivemos o exemplo do agricultor individual Sr H-44, que usa agrotóxicos em sua cultura de feijão, mesmo sua esposa já tendo sofrido intoxicação por agrotóxicos. Segundo palavras cheias de resignação dele próprio:

— ‘Fazer o que?’.

Pois se a cultura de feijão, principal produto do seu lote para comercialização, fracassar, ele e sua família passarão privações, um risco que ele não pode correr em busca de uma forma produtiva ambientalmente mais equilibrada.

Também tivemos o exemplo do Sr H-08, seu filho intoxicado por agrotóxicos e hoje não admite usar agrotóxicos na plantação. Neste caso a sobrevivência da família do Sr H-08 estava garantida pelas outras atividades desenvolvidas pelo grupo coletivo, o que lhe permite adotar tal posicionamento dentro do grupo, e esta realidade também permite que o grupo siga na disposição de adotar formas de produção menos agressivas a natureza.

Quanto ao tipo de sementes utilizadas, tivemos uma pequena diferença nos valores obtidos na pesquisa, 2,0 para assentados individuais e 1,6 para assentados coletivos.

Percebemos que o uso de sementes naturais e não de sementes comerciais é visto pelos assentados menos como uma questão ecológica e mais como uma questão financeira, sendo a produção de sementes no assentamento mais uma atividade, ou seja, mais uma unidade de trabalho para os assentados.

Como já vimos anteriormente, o acréscimo de uma unidade de trabalho é mais penoso para o assentado individual que para o assentado coletivizado, o que explica a diferença de valores observada.

Já no item mecanização/humanização da produção tivemos para os agricultores individuais um valor (1,00) mais próximo ao agricultor camponês que o valor (1,20) obtido nos assentamentos coletivizados.

Também este item é pouco percebido pelos assentados em geral como um valor ecológico. Na prática os agricultores coletivizados sentem-se mais livres para usar força mecânica por sua maior capacidade de mobilização de capital, enquanto os assentados individuais estão presos pelo princípio de aversão ao risco de Lipton.

A aquisição de um trator, por exemplo, aumenta em muito o risco para o agricultor individual, pois caso ocorra uma quebra na produção, a prestação ou a manutenção do trator vai concorrer com a família na alocação dos recursos financeiros da propriedade. A aquisição de equipamentos agrícolas é uma decisão muito mais difícil para agricultores individualizados que para os coletivizados.

5.2.2 Aspecto alimentar

- ♣ Produção para autoconsumo

Todos os agricultores pesquisados valorizam a produção para autoconsumo, no caso de nossa pesquisa a grande maioria dos entrevistados era filho/a de agricultores e trazem a produção para autoconsumo como um valor tradicional recebido de seus pais e avós.

Isto refletiu em nossa pesquisa nos baixos valores alcançados tanto por assentados individuais (0,85) como por assentados coletivizados (0,60).

A pequena diferença em direção ao tipo-ideal agricultor camponês obtida pelos agricultores coletivizados pode ser explicada pela maior diversificação de atividades produtivas exigida pela adoção de uma forte produção para autoconsumo, lembrando que, como já foi visto, toda atividade produtiva adicional no assentamento reflete diferentemente em assentados individuais e coletivizados quanto a penosidade do trabalho

5.2.3 Aspecto de preservação de recursos naturais

- ♣ Preservação das matas;
- ♣ Preservação de mananciais de água.
- ♣ Tratamento de águas servidas.

A preservação das matas do assentamento é uma disposição de todos os assentados, tanto coletivizados como individuais, e não implica em trabalho adicional dos assentados, pelo contrário.

Em nenhum dos assentamentos observamos a situação limite da destruição da mata ser alternativa de renda para manter a sobrevivência da família.

Isto explica os valores próximos e baixos, 0,42 para assentamentos individuais e 0,40 para assentamentos coletivizados, verificados por nossa pesquisa

Já quanto às águas do assentamento tivemos valores diferenciados e sempre mais baixos nos assentamentos coletivizados.

Tanto a manutenção da água como cuidados em seu descarte exigem investimento de trabalho e capital por parte do assentado.

Neste ponto é tanto maior a disposição em realizar tais investimentos, que objetivam a manutenção da capacidade produtiva do assentamento, quanto maior é a garantia da sobrevivência da família.

Pois somente depois de satisfeitas as necessidades imediatas da família do assentado é que se criam as condições para a inclusão dos valores ecológicos no projeto do assentamento por parte dos assentados. Mesmo que isto comprometa a viabilidade do assentamento alongo prazo.

Mas os assentamentos coletivizados têm melhores condições para mobilizar capital e trabalho para realizar projetos de manutenção e descarte de águas nos assentamentos. O que lhes dá condições de realizar tais projetos com menor penosidade para os indivíduos e menor risco para as famílias.

5.2.4 Aspectos Sociais

- ♣ Participação política;
- ♣ Relações de vizinhança.

Todo assentado passa por um aprendizado político no processo de conquista da terra, que é um processo essencialmente político de engajamento comunitário.

Já nos assentamentos as diferentes realidades do coletivo e do individual levam a diferentes continuidades deste engajamento político.

Nos assentamentos coletivizados ligados ao MST, como os pesquisados em nosso trabalho, é comum que assentados sejam liberados para atividades políticas e, no retorno destes, todos os assentados se solidarizem e se engajem nas lutas políticas do MST.

No caso dos assentados individuais, os assentados estão presos a uma rotina de trabalho no campo e os chefes de família e pessoas adultas, por serem a principal força de trabalho do lote, não podem se afastar por muito tempo.

Tais fatos mostram como é muito menos penoso, para um assentado coletivizado, ter uma participação política ativa, quando comparado com um assentado individual.

Quanto a relações de vizinhança, vários assentados tendem a se ver como possíveis alvos de preconceitos por seus vizinhos e tendem a agir de acordo esta expectativa em relação a eles.

Mas assentados coletivos tem condições de estabelecer com seus vizinhos, relações comerciais com maior facilidade, devido a seu maior volume de produção.

Já os assentados individuais estão mais livres para estabelecer relações de colaboração informal com seus vizinhos agricultores tradicionais ou outros assentados.

Com vantagens e desvantagens de parte a parte, concluímos que os valores próximos obtidos devam ser interpretados como uma comprovação que as relações de vizinhança são influenciadas de forma diversa, mas equivalente, pela forma de posse e uso da terra.

5.2.5 Aspecto temporal

♣ Disposição de manter-se na terra.

Neste item, tanto agricultores individuais como coletivos, obtiveram índices muito baixos, com maior proximidade dos agricultores individuais ao tipo-ideal agricultor-camponês

Neste caso as posições dos assentados são influenciadas pelas representações que eles trazem quanto a sua ligação com a terra conquistada. Agricultores individuais tem maior sentido de posse de sua terra, sentem-se mais donos da terra se comprados com agricultores coletivizados.

A forma de inserção dos assentados coletivos nos assentamentos tende a dar ao assentado uma maior sensação de precariedade quanto a sua ligação com a terra, isto, em parte devido à forma de constituição e convivência nos assentamentos coletivos, em alguns assentamentos coletivos, por exemplo, a assembléia dos assentados pode, até mesmo, expulsar um assentado do assentamento.

5.3 Alcance da pesquisa

Nossa pesquisa se realiza dentro de uma pequena amostra dos assentamentos de Santa Catarina, desta forma consideramos pouco representativa nossa amostra de pesquisa.

Desde o princípio nosso objetivo com a pesquisa de campo era de conhecer mais proximamente a realidade dos assentamentos rurais, para podermos entender e procurar explicar os fatos observados.

Desta forma consideramos as conclusões apresentadas como relativas e limitadas estritamente à realidade estudada e, além disso, apenas um subsídio para a discussão da realidade de outros assentamentos rurais

5.4 CONCLUSÕES

Abramovay (1992), ao comentar o pensamento de Chayanov em relação ao comportamento do camponês, comenta que, para este,

[...] *a renda familiar é um todo indivisível* cuja formação se origina e depende de um organismo econômico único.[...] O que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos indivíduos que compõem a família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar (ABRAMOVAY, 1992, p. 62) [grifo no original].

Também aos assentados rurais estudados aplicamos as afirmações de Chayanov, apud Abramovay (1992), pois os assentados rurais também têm, como preocupação central, a satisfação das necessidades de sua família e, dentro desta perspectiva, vão procurar a reprodução de seu modo de vida e da sustentabilidade de sua terra, independentemente da forma de posse e trabalho da terra adotada.

Mas as diferentes formas de posse e trabalho da terra vão criar diferentes condições objetivas para a tomada de decisões pelos assentados rurais.

Como já vimos, os assentados rurais que adotam a forma coletivizada de posse e trabalho da terra tem maior autonomia para procurar uma maior sustentabilidade de sua terra.

A divisão do trabalho, os ganhos de escala pela maior produção e a possibilidade de abranger uma maior variedade de atividades produtivas, entre outros fatores, garantem, ao assentado coletivizado, uma maior liberdade de escolher uma forma mais equilibrada ambientalmente, de viver e trabalhar em sua terra

Assentados individuais possuem uma autonomia muito mais restrita para decidir como produzir em suas terras.

Desta forma, em relação ao objetivo geral de nosso trabalho, afirmamos que, dentro da realidade dos assentamentos estudados, as formas coletivas de posse e trabalho da terra em assentamentos rurais, tendem a gerar uma maior internalização de usos e valores ecológicos por parte dos assentados.

Isto na medida em que cria condições objetivas mais favoráveis para que os assentados persigam a sustentabilidade de sua terra, que é por estes, entendida como uma forma de garantir a satisfação das necessidades de suas famílias pelo maior prazo de tempo

possível, e consideramos, pelo exposto, comprovada nossa hipótese de trabalho em relação aos assentamentos pesquisados.

GLOSSÁRIO

Meio ambiente — O glossário de ecologia da ACIESP (1997) define tal termo como “Conjunto de todas as condições e influências externas circundantes que interagem com um organismo, uma população ou uma comunidade.”

Sustentabilidade — Adaptamos nosso conceito de sustentabilidade da definição de desenvolvimento sustentável e, desta forma, entendemos sustentabilidade como um processo de mudança que visa garantir o equilíbrio do meio ambiente, pelo maior tempo possível, entendendo o meio ambiente como dinâmico e sujeito a interferências humana ou social (IPEA, 1994). Em nosso trabalho muitas vezes empregamos os termos viabilidade ambiental ou ecológica como sinônimos de sustentável, mesmo cientes das diferenças conceituais entre tais termos.

REFERÊNCIAS

- ACIESP – Academia de Ciências do Estado de São Paulo. Glossário de ecologia. 2. ed. São Paulo: ACIESP, 1997.
- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. Campinas: UNICAMP, 1992.
- ALIER, J. M. Da economia ecológica ao ecologismo popular. Blumenau: EDIFURB, 1998.
Página: 124
- ALMOND, Juarês José. Desenvolvimento sustentável: realidade ou utopia?. Revista de estudos ambientais. Blumenau: FURB. V.1, n. 2, p. 5-11, maio/ago. 1999.
- BERGAMASCO, S.; NORDER, L. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. A profissão de sociólogo: preliminares epistemológicas. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUSTOLIN, L. P.; ESPIRITO SANTO, E. N. do. Transgênicos: opção para a fome? Revista de estudos ambientais. Blumenau: FURB. V. 3. n. 1. p. 5-28, jan./abr. 2001.
- FERNANDES, B. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.
- GOULET, D. in CAVALCANTI, C. Desenvolvimento autêntico: fazendo-o sustentável. Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez. 1997.
- HOROSTECKI, M. Assentados abandonam a reforma agrária. Joinville: A Notícia. Caderno A, 11/02/2001. p. 10-11.
- Instituto de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva. Cultivando sonhos: caminhos para a assistência técnica na reforma agrária. São Paulo: ITESP, 1998.
- IPEA – Instituto de Pesquisa econômica aplicada. Avaliação da sustentabilidade da agricultura nos cerrados. Relatório de Pesquisa. São Paulo, 1994.
- LEFF, H. Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000.
- LESSA, B. Nova história do Brasil. Porto Alegre: Globo, 1967.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Quem somos: compromisso do MST com a terra e com a vida. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 4 fev. 2004.
- _____. Quem somos: linhas políticas reafirmadas no IV Congresso Nacional do MST. Disponível em: www.mst.org.br. Acesso em: 4 fev. 2004.
- MARTIGNETTI, G. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. 6. ed. V. 2, Brasília: UnB, 1994.
- MARTINS, J. de S.. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1981.
- _____. Militarização da questão agrária no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- MOREIRA, José Roberto. Agricultura familiar e assentamentos rurais: competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, Â. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.). Para pensar outra agricultura. Curitiba: UFPR, 1998.

- MORISSAWA, M. A história da luta pela terra e o MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.
- MÜLLER, J. M. Do tradicional ao agroecológico: as veredas das transições: o caso dos agricultores de Santa Rosa Lima /SC/. Florianópolis, 2001. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – Centro de Ciências Agrárias – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PAULILO, M. I. S. Estado e exclusão em Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: UFSC, 1994.
- SACHS, I. Ecodesenvolvimentos: crescer sem destruir. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Mapa interativo. Disponível em: www.sc.gov.br. Acesso em: 4 fev. 2004.
- SELL, C. E. Sociologia clássica: Durkheim, Weber e Marx. 2. ed. Itajaí: UNIVALI, 2002.
- SILVA, J. G. da. O que é questão agrária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SILVA, L. O. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.
- SOUZA, R. S. de *in* Clovis Cavalcanti . Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente. EDUNISC. Santa Cruz do Sul. 2000.
- WEBER, M. Sobre a teoria das ciências sociais. 2. ed. [Brasil]: Martins Fontes, 1991.
- WILSON, T. P. *In*: GIDDENS, A.; TURNER, J. (org). Teoria social hoje. São Paulo: UNESP, 1996.
- ZIMMERMANN, N. de C. Os desafios da organização interna de um assentamento rural. *In*: MEDEIROS, L. (org). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994.

APÊNDICE 1:**CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE APLICAÇÃO**

		Agricultor Camponês	0	1	2	3	4	Agricultor Explorador
1	Uso adubação							
2	Agrotóxicos							
3	humanização da Produção							
4	Produção para autoconsumo							
5	Policultura							
6	Sementes Naturais							
7	Mananciais Águas							
8	Águas servidas							
9	Preservação de matas							
10	Disposição manter-se na terra							
11	Relações com vizinhos.							
12	Participação Política.							

1 – Adubação

- 1.0 – Somente natural proveniente do próprio assentamento.
- 1.1 – Somente natural, do assentamento e adquirida
- 1.2 – Química adquirida e Orgânica do assentamento.
- 1.3 – Química adquirida e Orgânica do assentamento + adquirida
- 1.4 – Adubação química e orgânica adquirida de terceiros.

2 - Agrotóxicos.

- 2.0 – Dispensa do uso
- 2.1 – Uso esporádico em culturas muito atacadas por insetos.
- 2.2 – Uso constante em menos de 30% da área do assentamento.
- 2.3 – Uso constante em mais de 30% do assentamento.
- 2.4 – Uso intenso em todas as culturas.

3 – Humanização da produção

- 3.0 – Preferência pelo largo uso processos humanos e energia animal
- 3.1 – Processos mecanizados somente no transporte
- 3.2 – Uso de processos mecanizados e humanos pela conveniência econômica.
- 3.4 – Preferência pelo largo uso de processos mecanizados e energia animal.
- 3.5 – Preferência p/ largo uso de processos mecanizados e não uso energia animal.

4 – Produção para autoconsumo

- 4.0 – Compra de sal e poucos produtos não produzidos/ Vários produtos para autoconsumo.
- 4.1 – Consumo esporádico de produtos não produzidos na gleba.
- 4.2 – Consumo equilibrado de produtos adquiridos e produzidos.
- 4.3 – Autoconsumo somente do produto base da produção
- 4.4 – Consumo somente de produtos adquiridos.

5 – Policultura/Monocultura.

- 5.0 – Policultura animal e vegetal para consumo e venda.
- 5.1 – Policultura vegetal e monocultura animal para consumo
- 5.2 – Policultura vegetal e monocultura animal para venda.
- 5.3 – Monocultura vegetal e animal para venda.
- 5.4 – Monocultura.

6 – Sementes

- 6.0 – Preferência sementes naturais e produzidas no assentamento
- 6.1 – Preferência por sementes naturais
- 6.2 – Preferência sementes comerciais ou naturais por conveniência econômica.
- 6.3 – Uso apenas de sementes adquiridas
- 6.4 – Uso sementes transgênicas se economicamente viável.

7 – Mananciais de água.

- 7.0 – Preservação das matas nos mananciais, criação lagoas, cuidados p/ não contaminação.
- 7.1 – Isolamento mananciais, criação lagoas e cuidados não contaminação.
- 7.2 – Criação de lagoas e cuidados p/ não contaminação
- 7.3 – Somente criação de lagoas de contenção.
- 7.4 – Uso sem preocupação de retenção ou cuidado de mananciais

8 Águas servidas

- 8.0 – Tratamento e reutilização, quando possível, de águas de produção e doméstica.
- 8.1 – Tratamento e descarte de águas domésticas e de produção
- 8.2 – Descarte águas domésticas, tratamento águas de produção ou vice versa.
- 8.3 – Cuidados no descarte de águas domésticas e de produção.
- 8.4 – Nenhum cuidado

9 – Preservação de matas.

- 9.0 – Manutenção sem perspectiva de desmatamento p/ aumento de área
- 9.1 – Desmatamento p/ aumento de área, mantendo mananciais previstos em lei.
- 9.2 – Manutenção apenas de matas exigidas por lei.
- 9.3 – Manutenção abaixo da exigida por lei
- 9.4 – Pretende utilizar toda a área de mata nativa.

10 – Disposição manter-se na terra.

- 10.0 – Sem hipótese de saída.
- 10.1 – Saída somente sob condições forçadas
- 10.2 – Saída ou venda sob condições especiais e boa oferta.
- 10.3 – Disponibilidade de venda mediante boa oferta.
- 10.4 – Disposição de valorização objetivando venda.

11 – Relação com vizinhos.

- 11.0 – Parcerias de produção e comercialização e relações culturais e políticas.
- 11.1 – Relações de ajuda mútua e troca de experiências
- 11.2 – Preferência em relações comerciais e prestação e contratação de Serviços.
- 11.3 – Preferência em relações comerciais
- 11.4 – Relações comerciais sem preferências.

12 – Participação Política.

- 12.1 – Constante e ativo envolvimento em questões Políticas e agrárias
- 12.2 – Costumado, mas não ativo, envolvimento em questões agrícolas e políticas.
- 12.3 – Envolvimento parcial em questões agrícolas da região.
- 12.4 – Esporádico envolvimento em questões Pontuais da região
- 12.5 – Não envolvimento político.

APÊNDICE 2:**CRITÉRIOS DE CORREÇÃO DO QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO**

**Escolha a Alternativa que melhor descreve seu assentamento,
sua terra e suas práticas.**

SUA TERRA.

É somente sua, e de sua família, e você não a divide com ninguém? <i>(indicativo de propriedade individual)</i>	
Pertence a todas as pessoas do assentamento tal como eu, e minha família somos também donos de todas as terras do assentamento <i>(indicativo de Propriedade Coletiva)</i>	

Você trabalha sua terra.

Sozinho, só você e sua família. <i>(indicativo de trabalho individual)</i>	
Junto com a ajuda das outras pessoas do assentamento, tal como você também ajuda as outras pessoas em suas terras. <i>(indicativo de trabalho em mutirão)</i>	
Como a terra é coletiva trabalhamos todos juntos <i>(indicativo de trabalho coletivo)</i>	

As máquinas e equipamentos.

São apenas seu, de sua propriedade <i>(indicativo de propriedade individual)</i>	
São propriedade de todos no assentamento <i>(indicativo de associação de máquinas e equipamentos)</i>	

Sementes e Adubos.

São comprados por mim individualmente, para seu usado em minha lavoura <i>(indicativo de propriedade individual)</i>	
São comprados pelo assentamento para serem usados nas plantações de todos nós <i>(indicativo de associação de compras)</i>	

O resultado do Trabalho. A produção.

Pertence somente a mim e minha família pois trabalhamos para isso. <i>(indicativo de propriedade individual)</i>	
Pertence a todas as pessoas do assentamento pois todos trabalhamos nossa terra juntos <i>(indicativo de propriedade coletiva/cooperativa)</i>	

ANEXO 1 — Documentos on-line do MST

ANEXO 2 — Mapa de Santa Catarina